

MANDATO XII**ATA Nº. 5/2018****SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2018**

*Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, nesta cidade de Braga, no Auditório José Sarmento, no Mercado Cultural do Carandá, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor Serafim Figueiral Rebelo, como Primeiro Secretário e da Senhora Maria do Pilar Araújo Teixeira, como Segunda Secretária. **MAIORIA LEGAL - A SR^a. PRESIDENTE DA MESA** comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta e cinco membros. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** João Alberto Granja dos Santos Silva, Filomena Maria Beirão Mortágua Sousa Freitas Bordalo, Hugo Alexandre Lopes Soares, Maria Ester da Silva Taveira, Bento Duarte da Silva, Maria Angelina Pinto Rodrigues, João Orlando Travassos Freitas Alcaide, Rui Nuno Gonçalves Marques, Maria Manuela de Freitas Marques, José Raúl de Oliveira Rodrigues, Fernando Manuel Martins Viana, João Miguel Ribeiro Lemos de Medeiros, Ana Leonor Pizarro Bravo da Silva Pereira, Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro, José da Silva Pereira da Cunha, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, Carlos André da Silva Alves de Sá, Fausto Alves Farinha, António Joaquim Tavares Fidalgo, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo, Pedro Miguel Pereira de Sousa, João António de Matos Nogueira,*

Cláudia Patrícia Serapicos Alves, José Eduardo Gouveia, Catarina Lourenço Ribeiro, António Pedro Gonçalves Pereira, Marta Filipa Azevedo Ferreira, Márcio Alexandre Martins Ribeiro, Victor Bruno Machado Ferreira, Carla Maria da Costa e Cruz, Bárbara Seco de Barros, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas, João Jorge Ferreira Baptista, António Meireles de Magalhães Lima, Maria Alexandra Nogueira Vieira, Pedro Manuel Palha Pinto, José Manuel Ribeiro Afonso, Manuel Jorge Miranda Pereira, João José da Costa Pires, Manuel Jorge Costa Pires, Ricardo Jorge Pereira da Silva, José Oliveira da Silva, Manuel Gomes de Oliveira, José João Pereira Correia, Fernando Alberto Oliveira Costa e Silva, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, Manuel António Vieira de Carvalho, Raúl da Silva Gomes, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, João Paulo de Carvalho Vieira, João Manuel Monteiro Silva Oliveira, Sérgio Filipe de Sá Antunes Oliveira, Manuel da Silva Dias, Adelino Manuel Duarte Loureiro, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, José Magalhães Soares Gomes, Manuel de Azevedo Martins, Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado, Augusto Ferreira da Cunha, João Lamego Moreira, Miguel António Carvalho Soares Caldas, Maria José Fernandes Borges, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto, Francisco Manuel Pereira da Silva, José Fernando Ferreira Vilaça, Mário José Reis Vieira, João Carlos Fernandes da Rocha, Maria Elizabete Marques da Silva, Manuel Pereira de Faria, Marcelino Moreira de Sá e Pedro Manuel Vilaça Ferreira.

SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO: *A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: Américo dos Santos Afonso, João Filipe Monteiro Marques, Natacha Sofia Miranda Fontes, Paulo Alexandre Lopes Carvalho Viana, Tânia Correia da Cruz, José Augusto Gonçalves Ferreira, Ricardo Machado de Azevedo, Rafaela Araújo Couto Seara, Rafael Luís Clemente Ribeiro de Oliveira*

*Ferreira, José Miguel Ferreira da Silva, Emiliano Renato Araújo Noversa, Pedro Filipe Magalhães Roriz, Maria Helena Fernandes Teixeira e José Pedro Gomes Bastos. Passou-se ao **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**. Neste período registou-se a intervenção da **SR^a MANUELA MARIA SOARES BRUZACA**, residente da freguesia de Real, que pretendia abordar o assunto da “Aldeia da Gente Pequena”, uma creche situada naquela freguesia e que era muito bem apetrechada, mas que há vários anos esperava pela aprovação da Câmara para aumentar as suas instalações. No mandato deste Executivo já tinha sido dado o aval, para se arrancar com a obra, mas, entretanto, voltou a ficar tudo em “stand by”. Queriam saber qual o motivo, uma vez que era uma coisa boa para a freguesia, fazia falta e a instituição era credível. Gostava de saber o porquê de estarem dez anos à espera de uma cedência de terreno, que a Câmara se comprometeu a oferecer, sendo que a instituição só iria ocupar uma parte dessa parcela de terreno e a outra parte era para ajardinar e para um espaço verde para toda a comunidade. A segunda intervenção foi concretizada pela **SR^a. MARIA JOÃO BARBAS DE ALBUQUERQUE**, para abordar, exatamente, o mesmo assunto. Era mãe de duas crianças que andavam naquela instituição e pretendia que se desse uma oportunidade a uma instituição que valorizava a zona e que fazia um excelente trabalho junto das crianças, por transmitir valores. Era uma instituição que valorizava o ambiente onde estava inserida. Por isso, solicitava que se desse andamento a todo esse processo. A terceira intervenção foi protagonizada pelo **SR. JOSÉ ALFREDO GOMES RIBEIRO**, para entregar uma petição de residentes da zona pedonal. Ao longo dos anos os moradores da zona pedonal, tinham sido discriminados por várias ordens. Dificuldades de acessos, dificuldade de estacionamento, inúmeras dificuldades. Já tinha ido a uma reunião*

à Câmara Municipal. Ficava muito preocupado, quando via, ainda esta tarde, uma ambulância a não conseguir entrar na zona pedonal. Outro dia viu o INEM a não entrar na zona pedonal. Isso era altamente perigoso. Se houvesse um incêndio, não estava sossegado, porque não sabia se os bombeiros poderiam entrar na zona pedonal. Ultimamente fizeram mais restrições. Para acesso à zona pedonal tinham duas vias. Um destes dias, uma dessas vias estava interrompida. Alguém que tinha estacionamento junto da zona pedonal, não conseguia entrar na sua garagem. O Sr. Vereador João Rodrigues tinha dado uma entrevista, que dizia que se tinha reunido com centenas de moradores e muitas dezenas de lojistas e comerciantes. As pessoas que subscreveram aquela petição, ninguém foi recebido. Não sabia nem o interveniente, nem outras pessoas que moravam na sua rua, de reunião nenhuma. O que era certo era que os problemas continuavam a existir. E pior, era que para terem acesso à sua residência tinham que pagar. Isso estava escrito, desde o princípio, desde que o regulamento foi feito. Só no ano passado começaram a cumprir. Isso implicava que para apresentar um requerimento, tinha que se pagar, apresentar fotocópia do bilhete de identidade, fotocópia da carta de condução, fotocópia da conta da luz, e ainda terem que ir à Câmara tratar disso. Não via isso em parte nenhuma. Pedia, por isso, à Assembleia que alterasse aquele regulamento. Quando foi viver para a rua onde morava, há trinta anos, estavam a viver ali pessoas desde o início da rua até ao fim. Agora, quase não vivia lá ninguém. Se pretendiam que o centro da cidade ficasse deserto, continuassem com esse procedimento e poderiam crer que mais cinco ou dez anos, não viveria lá ninguém. Não valia a pena dizerem que diminuíram em menos de um sexto as multas. Disse, ainda, ter passado na Avenida da Liberdade, para a grande nave e constatou com grande espanto que não havia ciclovias. Fizeram um investimento de milhões e não havia uma

*ciclovias? Não havia nenhum espaço para colocar uma bicicleta. Era assim que queriam promover a mobilidade? Do Parque da Ponte para o rio Este, que tinha uma ciclovia, deveria haver um espaço de transição acessível para as pessoas com deficiência, com carrinhos ou bicicletas, também não fizeram. “Aonde estava a articulação entre os diversos espaços? Isso foi feito agora. Gastaram milhões. Uma obra nova, acabada de ser inaugurada. Esqueceram-se disso?” Na quarta intervenção interveio o **SR. MIGUEL SILVA LOPES**, para, em primeiro lugar, apresentar uma sugestão à Mesa, relativamente à publicação no site da Autarquia da Convocatória daquela Assembleia. Disse, depois, que fez um memorando sobre o Picoto que enviou para todo o executivo, para os partidos representados na Assembleia Municipal, fazendo aquela intervenção, como cidadão anónimo sem vínculo partidário, com muitos anos ligados ao voluntariado, colaborando em diversas áreas com este executivo, em nome de uma cidadania ativa. Como cidadão, interventivo e colaborador com este executivo desde dois mil e treze, em diversas ações ambientais nomeadamente no Monte do Picoto. Os problemas que o Picoto tinha cada dia após dia iam-se acentuando, verificando pelo que se ia lendo na comunicação social, que não sendo um projeto deste executivo, o que ali se ia fazendo para o espaço não estar completamente abandonado, surgindo aqui e ali algumas ideias que se iam implementando sem existir um plano alternativo do que seriam os estudos e planos deixados pelo executivo que os antecedeu. A falta de manutenção constante, os frequentadores que ali se deslocavam notavam uma degradação constante, e sem respostas por parte do Município. O repto lançado do bosque autóctone em dois mil e treze, e que o executivo apadrinhou, e chamou a si a mobilização constante do "voluntários, das eco escolas, das empresas" conforme foram as ideias base do repto lançado e que o Dr. Ricardo Rio*

participou nesse ano juntando-se às Eco escolas, e simbolicamente plantou uma árvore que por sinal ainda existia. Nesse dia, deixou-lhe uma mensagem. O importante não era o que se estava a fazer naquele dia. Mas sim, o que se viria a fazer nos anos seguintes. Seriam necessários trinta a quarenta anos para ser possível termos esse bosque (essas imagens foram gravadas e divulgadas em alguns meios de comunicação inclusive uma estação de televisão). Perguntava ao Senhor Presidente da Câmara Municipal: “Mantém a aposta na continuação da reconversão do Picoto, com projetos alternativos aos do anterior executivo e foram abandonados? As apostas continuarão a ser pontuais, sem um estudo e planificação como as que existiam e foram apresentadas para as segundas e terceiras fases do anterior executivo, que foram dadas a conhecer, ou continuaremos a ver intervenções isoladas projetos que vão sendo executados de forma avulsa como foi o parque canino, e agora a instalação do parque radical ao fim de três concursos públicos? Vai ser intervencionado e os espaços degradados irão ser requalificados? A falta de uma equipa que possa manter em permanência os vinte e dois hectares, enquanto não existe um plano geral de ideias que possam ser implementadas e ter equipas do Município de desempregados a fazer alguns trabalhos, a Agere a recolher o lixo (nem sempre feito conforme a necessidade). Ter outra equipa a recolher as seringas de vez em quando, notando-se em alguns espaços uma acumulação constante de dezenas dessas seringas e restos de outros objetos que compõem o Kit, que a (Cruz Vermelha lhes distribuiu, nas suas instalações no Picoto. O Bairro de etnia será intervencionado, ou as famílias que ali moram mudarão de local? O Município vai apostar em salas de xuto, para que o Picoto deixe ser esse local com a metodologia adotada na entrega de kits aos utentes que a cruz vermelha acompanha? Como voluntário, já tinha limpo

milhares de seringas. Era um problema de saúde pública. Era uma situação recorrente. Em Lisboa havia um projeto a funcionar em que estavam a criar salas de xuto. O que vai ser da escola Primária do Picoto, desde que foi desativada, encontra-se em abandono, e já foi invadida por alguns sem abrigo, que danificaram a rede, partiram vidros, e dormem de vez em quando no interior (situação reportada pela cruz vermelha) sem qualquer intervenção do Município. O Município estará aberto a consensos no que toca a preservação de projetos anteriores, mesmo que mal-executados ou não seja a sua visão, se terá alternativas, ou execute as obras necessárias na sua manutenção. Que futuro para as instalações do Projecto Homem, dado que esta entidade pretende vender ou alugar o espaço que se encontra a degradar-se, por problema, de má conceção, a chover no pavilhão construído por baixo do solo, um edifício que ganhou prémios de arquitetura”. A **SR^a. PRESIDENTE DA MESA** informou que de conformidade com o que estava plasmado no artigo septuagésimo do Regimento daquela Assembleia, no seu ponto quatro dizia que: no período destinado à intervenção do público não poderão intervir os membros da Assembleia Municipal”. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real pediu para intervir, para responder às Senhores que falaram inicialmente, mas, no cumprimento do Regimento, não poderá fazê-lo. Passou-se, depois, ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, que teve início com a apresentação de uma **Saudação**, subordinada ao tema: “Por ocasião do quadragésimo quarto aniversário da Revolução de Abril e celebração do Primeiro de Maio”, apresentada pela **Sr^a. Deputada da C.D.U., CARLA MARIA DA COSTA E CRUZ**, que começava por dizer que a Revolução de Abril foi uma magnífica realização histórica do povo português, tornada possível pela aliança entre o Povo e o Movimento das Forças Armadas. Foi esta aliança original que

pôs fim a quarenta e oito anos de ditadura, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos e levou à concretização das profundas transformações políticas, económicas, sociais e culturais que alteraram radicalmente a situação do país e a vida dos portugueses. O Poder Local era parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. Era uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira. O Poder Local, tal como a Constituição o estatuiu, era uma emanção e uma expressão direta da vontade popular, uma afirmação do carácter progressista e avançado do regime democrático resultante de Abril. E, por isso mesmo, a exemplo de outras transformações democráticas, tinha sido sujeito a uma ofensiva para lhe limitar o alcance e o amputar das características que lhe deram expressão ímpar no quadro das administrações locais europeias. Comemorar o vinte e cinco de Abril era festejar a liberdade conquistada pela Revolução. Comemorar o vinte e cinco de Abril era defender e aprofundar as suas conquistas económicas, sociais, culturais e políticas a cada dia. Portugal, apesar dos avanços registados na reposição e conquista de direitos, necessitava de uma mais célere resposta a problemas estruturais ligados com o desenvolvimento das capacidades produtivas nacionais e de fortalecimento dos serviços públicos para garantir a resposta às necessidades dos trabalhadores e das populações. As comemorações da Revolução de Abril foram este ano, à semelhança do que sucedeu em anos anteriores, um momento de afirmação da necessidade de uma política que dignificasse o trabalho e os trabalhadores, que desse resposta aos problemas do povo e do País, uma política que respeitasse o Poder Local Democrático e o que ele representava de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. Um momento de resistência e luta

*contra os que queriam ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal. A afirmação dos valores de Abril que tão veementemente se fez sentir nas ruas da nossa cidade terá a sua continuação na celebração do Primeiro de Maio. Passados cento e trinta e dois anos sobre o massacre de Chicago que estiveram na génese do Primeiro de Maio, continuava atual a luta dos trabalhadores pela sua emancipação, contra a exploração e por melhores condições de trabalho e de vida, assim como era atual e imperiosa a celebração do Primeiro de Maio. A celebração do Primeiro de Maio não era apenas um ato de comemoração, era, sobretudo um dia de luta por objetivos concretos: de defesa dos salários; da reposição de direitos, particularmente em relação à contratação coletiva e contra a caducidade dos contratos o combate à precariedade. Era também um dia para exigir a valorização das longas carreiras contributivas e o acesso à reforma sem penalizações de quem começou a trabalhar ainda menino! “A Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária no dia trinta de abril saúda as comemorações populares do vinte e cinco de Abril e, designadamente os autarcas, os trabalhadores, as populações e os movimentos associativos que a elas se associaram na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações Assim como saúda a celebração do Primeiro de Maio e exorta os trabalhadores do concelho de Braga, os autarcas e toda a população a juntar-se às comemorações que decorrem amanhã”. Posta à votação foi a presente saudação **aprovada por unanimidade e aclamação**. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., JOÃO MIGUEL RIBEIRO LEMOS DE MEDEIROS**, para apresentar um **Voto de Repúdio**, que realçava que o Grupo Municipal do CDS-PP da Assembleia Municipal de Braga vinha dar conhecimento e apresentar àquela Assembleia um*

*Voto de Repúdio pela forma como na madrugada de vinte e cinco de abril um grupo de bracarenses, escudados numa pretensão pedagógica e teatral decidiram tapar com um manto encarnado a estátua do Marechal Gomes da Costa. Essa atitude foi lamentável e em nada abonava a história da nossa democracia, mais a mais quando perpetuada por quem se autoproclamava defensor da democracia, mais a mais com a índole sugestão da retirada da estátua representativa de uma pequena parte da enorme História de Braga. Já começavam a estar habituados à terapia de choque com que o BE os presenteava em vários momentos da sua atividade política. Em relação remoção de estátuas começava a ficar crónico, afinal talvez uma questão de moda! O ano passado foi em Lisboa: o visado, Padre António Vieira, no Largo Trindade Coelho, acusado de ser um esclavagista seletivo. O que se questionava ali era se estavam perante uma posição extremista de irradicação da história de um País com mais de novecentos anos ou de uma cidade Bimilenária como era Braga, considerando somente os últimos quarenta e quatro anos volvidos da revolução de Abril. “Estimada deputada Alexandra Vieira, o historiador ao contar, relatar ou a analisar um determinado facto ou personagem histórica, não pode levar em consideração o que aconteceu depois, porque os agentes daquele momento, não tinham em mente a sucessão de acontecimentos posteriores. Corre o risco de incorrer no “pecado mortal” para o historiador, que resulta no Anacronismo da História. Entenda-se Abril como História da Democracia e respeitemo-la, tendo sempre em conta, que a Liberdade de uns não se pode sobrepor à dos outros. Comemoremos sempre Abril, sabendo que não é exclusivo de ninguém, nem à esquerda nem à direita. Viva a Democracia, Viva Braga, Viva Portugal”. Posto à votação foi o presente voto de repúdio **aprovado com dez votos contra, com nove abstenções e com os restantes votos a favor**. Foi, depois, apresentado um **Voto de Saudação**, cujo*

tema abordava o “Vinte e cinco de Abril e o Primeiro de maio: duplo combate de cidadania”, pelo **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, revelando que: “Nesta sessão, poucos dias depois da data comemorativa do vinte e cinco de Abril, mantém-se a emoção daquele dia que faz parte da nossa vida. Durante quase cinquenta anos, o Estado explicou-nos que éramos um país pequeno e periférico. Domesticou-nos a ambição. Tirou-nos a vontade de ir mais além. Fez-nos acreditar que estávamos condenados a viver e a morrer na mesma condição em que nascemos. Ensinou-nos que os feitos dos nossos antepassados serviam, apenas, para ser admirados e não superados. Amestrou-nos com a ideia de que temos o nosso lugar pré-determinado... e que ter menos que os outros pode ser um sinal positivo.... Lembramos isto aqui, no ano passado e voltamos a recordar porque quarenta e quatro anos depois, ainda estamos formatados por alegados valores que nos foram impingidos durante mais de quarenta e oito anos. Estamos aqui a celebrar a democracia, a liberdade de expressão, o multipartidarismo e as liberdades sindical, de imprensa, religiosa, cultural e social. Na véspera de mais um Primeiro de Maio de dois mil e dezoito. Já lá vão cento e trinta e dois anos sobre o que lhe deu origem. Em mil oitocentos e oitenta e seis, em Chicago, a morte de vários trabalhadores na sequência de uma manifestação por mais vida (porque tempo é vida), reivindicando um horário de trabalho diário de oito horas, em vez das doze e até dezasseis que praticavam. Hoje apetece-nos falar da falta de qualidade do emprego (lembrada na retórica política ...) sob o manto do crescimento da economia e do equilíbrio das contas públicas e da diminuição do desemprego se deteriora em baixos salários, precariedade dos vínculos laborais e em duração e ritmo do trabalho. Estes três fatores - baixos salários, precariedade e ritmo extenuante do trabalho -, reforçam-se mutuamente na diminuição da qualidade do emprego, na degradação

das condições de trabalho. Continuamos a ter dos mais baixos salários da União Europeia - ao mesmo tempo que a produtividade aumentou vinte por cento (conferir INE) -, porque os salários dos portugueses estão ao nível de dois mil e dois. Continuamos a ser dos países da União Europeia (em especial na Zona Euro) com uma das mais altas taxas de precariedade laboral, de contratos de trabalho a termo e de trabalho temporário, condição que leva os trabalhadores a "aceitarem", na mira da renovação do contrato ou da efetivação (contrato de trabalho permanente) ou integração na empresa empregadora/utilizadora. Basta entrar em algumas fábricas, "grandes superfícies", escritórios ou call centers, até em muitos departamentos da administração pública, para se perceber isso. A sobreintensificação do trabalho reflete-se na perda de saúde (se não da vida...) dos trabalhadores na família, no apoio à educação dos filhos, na natalidade (com descida de novo clara). Enfim, a perda de qualidade do emprego projeta-se em todos nós (consumidores, clientes, utentes, contribuintes) e, perversamente, nos próprios trabalhadores. É um lugar-comum dizer-se que o poder autárquico democrático é o fruto mais robusto daquele dia "inteiro e limpo", o vinte e cinco de Abril". Os autarcas, tantas vezes menosprezados, tinham sido os principais autores de desenvolvimento e continuavam a ser o último reduto na defesa dos direitos e das aspirações dos cidadãos. "De entre esses, permitam-nos que celebre os verdadeiros pioneiros do regime autárquico democrático, que, em Braga, logo a seguir à revolução, disseram presente e, contra todas as adversidades constituíram a primeira gestão democrática do Município e das suas freguesias. Foram muitas as lições que eles nos deixaram"'. A primeira. Entraram na vida política movidos por ideias firmes: em nome das suas convicções democráticas, que já tinham defendido na ditadura, voltaram a fazê-lo, aceitando dar o corpo às balas em tempos tão incertos. A segunda. Eram

generosos. Tudo deram sem pedir rigorosamente nada em troca, especialmente nas sessenta e duas freguesias de Braga, sem direito a "likes" numa atitude de serviço permanente e ignorado. A Terceira. A elevada participação cívica e associativa que os caracterizava: continuaram a participar ativamente em associações e instituições várias da sua terra: das culturais às desportivas ou recreativas; da solidariedade social às profissionais. “Esta é uma lição vital quando vivemos a "democracia do like", que substituiu a participação cívica e a luta pelas causas que faz da atividade política não um curriculum, mas um cadastro”. A Quarta. Exerceram a Cidadania em estado puro. Evitaram o ataque pessoal, ‘ad hominem’, um cancro de qualquer combate político, que aparecia agora, de novo, quando falhavam outros argumentos. Com eles aprendemos que era possível estar na vida política com higiene mental, com elevação de carácter, com respeito pelo adversário. A prática política feita de ódios, de maledicências, do vale tudo, de vingança e de mesquinhez, afastava, corroía e destruía a democracia. “É envolvidos nestes valores que nos preparamos para celebrar outra data que emana do vinte e cinco de Abril: é o Primeiro de Maio. Por que é da liberdade que emanam a justiça social e as oportunidades de cidadania na plenitude de todas as suas capacidades. Foi essa liberdade conquistada que nos permitiu a criação de sindicatos livres para defesa dos direitos dos trabalhadores, o melhor capital deste país. Foi o sindicalismo democrático e plural que fez de Portugal outro país, após o vinte e cinco de Abril, em variadíssimos parâmetros da nossa sociedade”. Eles deram um fatal contributo nas áreas da educação, do estado social, dos direitos dos trabalhadores e tantos outros elementos de progresso cívico e social, que justificavam o sacrifício de tantos dirigentes sindicais em benefício de muitos outros e do desenvolvimento do país. Cá dentro e lá fora, continuavam a ser os trabalhadores e os sindicatos a

*combater aqueles que faziam tábua rasa do passado da velha Europa, não se deixando encurralar no combate pela refundação dos princípios da União. “Oxalá, a ousadia dos capitães de Abril a quem devemos a liberdade, nos inspire ao combate da solidariedade entre os bracarenses e da igualdade de oportunidades. Viva a liberdade! Viva o vinte e cinco de Abril! Viva o Primeiro de Maio! Viva Braga! Viva Portugal!” Posto à votação foi o presente voto de saudação **aprovado por unanimidade**. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ORLANDO TRAVASSOS FREITAS ALCAIDE**, para proceder à apresentação de um **Voto de Saudação**, salientando que se celebraram, na passada quarta-feira, os quarenta e quatro anos da Revolução do vinte e cinco de Abril. A vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, o Movimento das Forças Armadas, com a profunda adesão da população, colocou um ponto final no regime do Estado Novo, fazendo cessar mais de quarenta anos de ditadura, totalitarismo, autoritarismo e repressão. A Revolução dos Cravos inaugurou um tempo novo em Portugal, um tempo de democracia, fazendo com que, quarenta e quatro anos passados, chegássemos até aqui e agora, com o país que conhecíamos hoje. Para lá, muito para lá de todas as questões que nos pudessem dividir, a verdade era que, em democracia, tinha de ser necessariamente muito mais o que nos unia, do que o que nos separava. Todos, sem qualquer exceção, sustentávamos os princípios da dignidade da pessoa humana e da vontade popular, com o desígnio da construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Todos advogávamos os valores do pluralismo de expressão e organização política democráticas. Todos, sem qualquer exceção, defendíamos o respeito e a garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais e a separação e interdependência de poderes. Todos acreditávamos na democracia económica, social e cultural. Todos confiávamos*

na Constituição da República Portuguesa, no Estado Social que fazia com que não fosse o berço em que nascemos a ditar o futuro que teríamos, e na máxima nos termos da qual não havia democracia sem garantia de liberdade em todos os campos. Estas foram as conquistas de Abril, e comemorar os quarenta anos de Abril tinha, indubitavelmente, de ser sublinhar e elevar todos estes princípios e valores, fundadores e estruturantes da sociedade em que vivíamos. “No entanto, se era verdade que, designadamente para aqueles como eu nasceram após o vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, é normal crescer e viver em democracia, é também certo que essa normalidade da liberdade não pode, nem deve ser perspetivada como um dado adquirido”. Em pleno ano de dois mil e dezoito, quarenta e quatro anos depois da Revolução dos Cravos, continuava a ser essencial lutar pela liberdade, na certeza de que essa mesma liberdade seria sempre uma obra inacabada, e na crença de que haveria sempre mais Portugal por fazer, por conquistar e por cumprir. Além disso, absolutamente indissociável do vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro era o dia que se assinalava amanhã: o Primeiro de Maio, Dia do Trabalhador. Era, também ele próprio, dia de recordar a luta pelos direitos dos trabalhadores, de lembrar as conquistas dos trabalhadores, e de não esquecer que, infelizmente e por demasiadas vezes, esse combate custou a muitos a perda da própria vida. Simbolizada historicamente na manifestação de trabalhadores nas ruas de Chicago em mil oitocentos e oitenta e seis, a luta pelos direitos dos trabalhadores, bem como o aprofundamento e a densificação desses mesmos direitos, eram agentes indispensáveis para a afirmação de um verdadeiro Estado de Direito Democrático. “Nestes termos, a Assembleia Municipal de Braga, reunida em Sessão Ordinária aos trinta dias do mês de abril de dois mil e dezoito, delibera aprovar um Voto de Saudação aos quarenta e quatro anos da Revolução

do vinte e cinco de Abril e ao Primeiro de Maio, Dia do Trabalhador, na certeza absoluta de que estes momentos representam, de forma plena, o Portugal que queremos amanhã”. Posto à votação foi o presente voto saudação **aprovado por unanimidade**. Para apresentar uma **Recomendação**, usou da palavra o **Sr. Deputado do PP.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, para realçar que a região dos Vinhos Verdes era uma região demarcada desde mil novecentos e oito o que a transformava numa das regiões vitivinícolas maiores e mais antigas do Mundo! O Vinho Verde tinha vindo a sofrer uma revolução pacífica que o transformou, nesta última década, numa das estrelas nas Exportações Nacionais! Conseguiu, sistematicamente, bater recordes e neste momento as Exportações já representam sessenta milhões de euros. Os vinhos Verdes evoluíram e conseguiram num mundo globalizado dar-se a conhecer, impor-se e ter sucesso em mercados extremamente difíceis como os EUA, Alemanha, China, Brasil, entre outros mercados! Eram uma imagem de marca de uma das regiões mais belas do Mundo! A região onde se inseria o nosso Município! Agora que já se impuseram, era necessário valorizar o Produto! Mas para haver uma valorização dos Vinhos Verdes, também era necessário que houvesse o apoio por parte dos Municípios da Região no auxílio à promoção do Produto! Ora, o nosso Município, consciente da importância na divulgação do vinho verde, idealizou o Vinho Verde Fest que tinha vindo a ganhar uma maior relevância sendo já uma das maiores mostras de vinhos verdes a nível Nacional! Mas pensava o PPM, que o nosso Município, poderia organizar algo que catalisasse ainda mais a divulgação da nossa região e dos nossos produtos aos profissionais do sector! “Sendo que o Município de Braga irá inaugurar este ano o Fórum Braga, visto que a capacidade hoteleira tem vindo a ser reforçada, sabendo que Braga é a Capital de um Distrito com tradição na

enologia, reconhecendo que Braga se situa no coração de uma das regiões demarcadas mais antigas do Mundo, constatando que o Minho é uma região com uma gastronomia de excelência, acreditando que este evento pode ser um bom catalisador na promoção de uma região entende, o PPM, que há margem para que o Município possa analisar a hipótese de uma candidatura à organização de um Congresso Mundial da Vinha e do Vinho! Sendo assim, a Assembleia Municipal reunida no trinta de abril de dois mil e dezoito recomenda a este executivo que: analise a viabilidade de uma candidatura de Braga à Organização do Congresso Mundial da Vinha e do Vinho e, em caso de existir essa viabilidade, informe o Ministro da Agricultura da sua intenção/disponibilidade em ser anfitrião desse Congresso pois cabe ao Governo Português o convite à OIV – Organização Internacional da Vinha e do Vinho, para organizar esse evento!”. Posta à votação foi a presente recomendação **aprovada por unanimidade**. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para proceder à apresentação de uma **Moção** do seguinte teor: “Considerando que a fiscalização do estacionamento nas ruas de Braga passou para a alçada da Câmara Municipal de Braga, o que louvamos, importa agora tomar decisões práticas para resolver problemas de acessibilidade a moradores, comerciantes e população em geral. A Assembleia Municipal de Braga recomenda ao Executivo Municipal que adeque o respetivo regulamento por forma a considerar as seguintes questões: promover o debate público por forma a ouvir os munícipes não apenas sobre o estacionamento no centro urbano, mas sobre todas as questões de mobilidade. Facilitar o estacionamento aos moradores, nas ruas em que poucos edifícios têm garagem considerando a atribuição de “Avenças”. Garantir que, nos primeiros quinze minutos, o estacionamento não estará sujeito a taxa, de

modo a garantir a acessibilidade da população a locais centrais, por período de tempo curto, tal como acontece em várias cidades perto de nós; evitar que as ruas mais centrais passem a ser locais de estacionamento prolongado que impede o estacionamento a moradores e a quem pretende deslocar-se ao comércio local ou instituições públicas. Devolver aos munícipes o montante das Avenças que pagaram desde que o estacionamento é gratuito”. Colocada à discussão, passou a usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para dizer que havia, de facto, alguns desses aspetos, que eram contributos interessantes, para o trabalho que a Câmara estava a desenvolver naquela matéria. Era do seu conhecimento, que a Câmara encomendou um estudo sobre aquela matéria, no sentido de que se clarificasse as ruas que iriam ter cobrança de estacionamento e as que não iriam ter, a diferenciação que elas iriam ter, também, entre si, eventualmente, em termos de preço. E o seu entendimento era que aquela moção podia e devia ser acolhida como um contributo para aquele trabalho que a Câmara, naquela fase, estava a desenvolver. Em relação à questão das avenças, essa questão ficaria, naturalmente, sob a forma de uma recomendação, que a Câmara integraria na posição final que iria apresentar sobre essa matéria. Com essas salvaguardas, naturalmente, que o seu Grupo Municipal iria votar favoravelmente a moção do Bloco de Esquerda. Registou-se, ainda, a intervenção do **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para salientar que se revia no espírito daquilo que ali levou o Deputado António Lima, mas que, estando, hoje, a decorrer um estudo sobre aquela matéria, e sendo essa uma matéria importante para a construção de área da cidade, lhes parecia que votar essas matérias de forma fechada e definitiva, hoje, poderia não ser a melhor forma de construírem o caminho. E, portanto, e até porque havia uma Comissão Especializada da

*Assembleia Municipal, que travava o debate dessa matéria de uma forma mais fina, entendia o Partido Socialista, que com as propostas do Bloco de Esquerda e com o estudo que estava a ser elaborado pela Câmara Municipal de Braga, poderiam, em sede de Comissão Especializada da mobilidade e do trânsito, travar essa discussão e chegarem, em conjunto, todas as forças políticas, para a construção de um programa que desse resposta àquilo que eram os anseios dos cidadãos naquelas matérias. Posta à votação foi a presente recomendação **aprovada por unanimidade**. Interveio de seguida o Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., **JOÃO MIGUEL RIBEIRO LEMOS DE MEDEIROS**, para apresentar uma **Recomendação** do seguinte teor: “Serve a presente recomendação para denunciar vários erros que estão a ser cometidos pelos diversos serviços de registo civil relativamente ao recenseamento dos eleitores. Tal situação deve-se ao facto de terem sido detetados nos cadernos eleitorais que vários cidadãos estão a ser indevidamente recenseados em freguesias vizinhas. Muitas Juntas e Uniões de Freguesias realizaram diversas diligências no sentido de averiguar o que se estava a passar e deparou-se com o facto de os registos civis, na emissão do Cartão de Cidadão, recorrerem á base de dados dos CTT para através da verificação do código postal da residência do cidadão proceder ao seu recenseamento. Sucede que, esse método não revela ser fiável, pois é do nosso conhecimento que diversas Ruas desta freguesia são compartilhadas com outras freguesias, por exemplo a Avenida Imaculada Conceição está situada em três freguesias diferentes, designadamente a freguesia de Maximinos, a freguesia da Cidade e a freguesia de São Lázaro. Contudo, apesar desta Avenida percorrer estas três freguesias só lhe foi atribuído pelos CTT um único código postal. Ora, como é fácil de compreender tal situação tem originado que cidadãos que não estejam alertados para este facto, ou que não conheçam devidamente os limites*

da sua freguesia sejam recenseados em freguesia diferente daquela em que residem. Mais a título de exemplo, na Rua de São Valério, quatro mil e setecentos duzentos e noventa e cinco, Braga, acontece a situação de os elementos do mesmo agregado familiar aí residente estarem recenseados em locais diferentes. Pois, neste caso, também aqui esta confusão fica-se a dever ao facto de a referida Rua no lado referente aos números de polícia ímpares pertencer à freguesia da Sé e do lado dos números pares pertencer à freguesia de Real. Contudo também nesta situação os serviços dos CTT atribuem para toda a Rua o mesmo código postal, o que tem originado várias confusões”. Poderiam ainda referir a situação da Praceta Padre Diamantino Martins, pois também aí existiam elementos do agregado familiar que estavam recenseados na freguesia de Maximinos e outros na freguesia da Sé. Quando deveriam estar todos recenseados na freguesia de Maximinos. As situações acima descritas eram meramente exemplificativas de que a metodologia de recenseamento utilizada não era a mais adequada, pois tinha originado que relativamente ao processo de recenseamento tenham sido cometidos vários erros. Aproveitavam para chamar a atenção, para a gravidade de toda esta situação, pois já vários eleitores se deslocaram às suas Juntas de Freguesia para obterem atestados de residência ou outro tipo de documentação e só nessa data descobriram que estavam mal recenseados. Para além de que formalmente não podiam obter um atestado de residência, quando estavam recenseados noutra freguesia. Contudo, este simples erro poderia acarretar diversas complicações para o seu agregado familiar, designadamente poderia significar que os seus filhos tivessem de mudar de escola, pois aquela que frequentaram até agora já não correspondia à da sua área de residência. Ou então, iriam ter de inscrever os seus filhos num jardim de infância de outra freguesia, que por vezes ficava situado a uma grande distância da área em que

residia. “Mais, noutras situações podem, como já foram, os seus direitos constitucionais afetados, pois temos conhecimento de que em anteriores atos eleitorais, inclusive o ultimo, diversas pessoas não exerceram o seu direito de voto, pois quando se deslocaram à sua habitual mesa de voto constataram que já não constavam nos seus cadernos eleitorais e como tal foram impedidos de exercer esse seu direito fundamental que está constitucionalmente consagrado. Face ao supra exposto e à gravidade e urgência de toda esta situação vimos propor que esta recomendação seja enviada para todos os grupos parlamentares com assento na Assembleia da República, assim como para o Ministério da Justiça e da Administração Interna”. Posta à discussão, usou da palavra o Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para dizer que achava que aquela recomendação estava muito bem elaborada. E, aqueles problemas, num determinado momento, eram problemas de natureza marginal, hoje, sobretudo, na cidade, estavam a criar situações, extremamente gravosas, que estavam a abranger um grande número de pessoas e a afetar, quase de uma forma imprevisível, muita gente que não sonhava que um dia ao acordar já fazia parte de outra freguesia, por força da ação dos CTT. E, só não tinha, ainda, muita dimensão, ou não tinha mais dimensão, porque as pessoas ainda não precisaram nada das Juntas. Porque, quando houver novo ato eleitoral ou precisarem algum documento das Juntas, irão descobrir que, também, faziam parte desse imenso grupo. Por isso, iriam votar aquela moção, mas iria permitir-se utilizar um aparte do Deputado João Nogueira, e sugerir que, como intermediário, juntassem à moção, uma referência ao envio para os CTT e, também, para a Câmara Municipal. Porque a gravidade daquela situação, justificava um impulso do Executivo, para que se pusesse travão àquela situação, pelas consequências que isso pudesse ter. O Sr. Deputado do P.S., **JOÃO**

ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA, informou que isso já aconteceu, nomeadamente, na freguesia de Gualtar e a questão resolveu-se, porque ficou estabelecido que o limite das freguesias era definido pela CAOP - Carta Administrativa Oficial de Portugal. A Junta de Freguesia de Gualtar contactou, para o efeito, os dos CTT e a Câmara, que iria intermediar na resolução desse assunto. **O PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, SR. FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA**, lembrou que já tinha ido uma recomendação à última Assembleia sobre aquele mesmo assunto. Posta à votação foi a presente recomendação **aprovada por unanimidade**. Passou-se, depois, à apresentação de uma **Recomendação do P.S.** com o título “PS aberto a uma solução para a Academia do Sporting Clube de Braga”, através do **Sr. Deputado MÁRCIO ALEXANDRE MARTINS RIBEIRO**, que começava por dizer que: “O PS de Braga está preocupado com a forma como Ricardo Rio deixou arrastar o processo da segunda fase da Academia do Sporting de Braga durante dois anos, sabendo que o Clube não aceitava os termos do contato. O PS acompanha de perto o diferendo claro entre a Câmara Municipal e o Sporting de Braga que pode atrasar o arranque da obra da segunda fase que inclui a revitalização das antigas piscinas, junto ao Estádio Municipal. O PS sublinha a apreensão por Ricardo Rio não ter sido capaz de assumir na sua plenitude as funções de presidente da Câmara, designadamente ao pedir ao presidente do Clube para convidar os vereadores e Assembleia Municipal para uma reunião nas instalações do Sporting de Braga. A reunião devia ter sido convocada por ele e realizada na Câmara Municipal, evitando apresentar-se, desde logo, numa posição fragilizada e sem capacidade para defender os verdadeiros interesses do concelho de Braga. O problema foi criado por Ricardo Rio e não pode agora tentar passar entre os pingos da chuva. O PS

desafia Ricardo Rio a ser ele a apresentar soluções, embora o PS não se coloque de fora, num papel fiscalizador e de garante da defesa dos interesses dos bracarenses. O Partido Socialista inquieta-se também por Ricardo Rio e a sua maioria terem levado ao engano a Assembleia Municipal, em dois mil e quinze, quando apresentou uma minuta de um acordo sobre a cidade desportiva que era desconhecida do Sporting Clube de Braga. Isso ficou tudo claro para os vereadores do PS que participaram numa reunião alegadamente convocada pelo Sporting de Braga que, afinal, foi sugerida por Ricardo Rio a António Salvador, presidente da coletividade, face à documentação apresentada. A segunda fase da cidade desportiva do Sporting de Braga prevê o pavilhão multiusos, com capacidade para mil duzentos e cinquenta lugares e, entre outras valências, uma área residencial com sessenta quartos duplos, área de refeitório e de descanso e lazer. António Salvador afirma que o SCB nunca concordou com a cedência de oitocentos metros quadrados do Pavilhão - que vai surgir no lugar da piscina olímpica - para a prática de ginástica, por associações a designar pelo município de Braga. Para o PS, é claro que um dos dois está a faltar à verdade. Mas também é verdade que António Salvador apresentou prova documental e e-mails que colocam em causa as afirmações de Ricardo Rio e as votações da Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Braga. O PS sempre apoiou a construção de uma academia para o clube arsenalista, mas não naqueles terrenos, o que motivou violentas acusações do atual presidente da Câmara, Ricardo Rio. O PS tem profundo respeito pelo Sporting de Braga -com provas dadas e memoráveis no passado - e quer que as novas instalações (segunda fase) sejam concretizadas, conforme foi começado e negociado entre a Câmara Municipal e o clube. Esta segunda fase permite rentabilizar o investimento nas piscinas, transformando-as num Pavilhão Multiusos. A Câmara impõe um ónus (reserva de oitocentos metros

quadrados) que pode inviabilizar o crédito bancário ao clube. É como se alguém quisesse pedir empréstimo para uma casa, mas tem um quarto que não lhe pertence. O PS não critica por criticar e está disponível para encontrar uma fórmula que compense o Sporting Clube de Braga pelo investimento, a troco das benfeitorias realizadas, ao fim dos quarenta anos de direito de superfície, se este acordo não for renovado. Nesse sentido, propõe à Câmara Municipal e ao seu Presidente que reinicie o diálogo construtivo com o Sporting de Braga, para ultrapassar este impasse que não beneficia o clube nem os bracarense”. A palavra foi dada ao **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, para, em defesa da honra, esclarecer que, como já tinha ficado claro, numa reunião recente do Executivo Municipal, o Partido Socialista estava a tentar dar uma grandiosa cambalhota, em relação àquele processo da Academia do Sporting Clube de Braga, posicionando-se, agora, o defensor público da posição do Sporting Clube de Braga, em detrimento daquilo que era a posição responsável, que se aconselharia a um representante público, que era a defesa do interesse público. O que não podia aceitar, e daí o seu pedido de defesa da honra, era que o fizesse, acusando o Presidente, acusando o Executivo Municipal de defraudar aquela Assembleia, de apresentar propostas não sustentadas no acordo prévio do Sporting Clube de Braga, acusando-o de mentiroso, acusando-o, ali, assim, naturalmente de não responsabilizar e de não gerir em conformidade não só as relações com terceiros, mas, sobretudo, os interesses do próprio Município. Inclusivamente, como, agora, ouviam, considerando como válida e como atestando essa sua conduta, documentação que teria sido apresentada pelo Sporting Clube de Braga, na referida reunião, no Estádio Municipal. E, aliás, sobre essa matéria, um brevíssimo parêntesis, naturalmente, que não era a

Câmara Municipal, que tinha que promover nenhuma reunião, para apresentar aos órgãos municipais, aquilo que eram os interesses e as posições do Sporting Clube de Braga. A sugestão que fez ao Presidente, foi, precisamente, de que se tinha uma reivindicação a fazer aos órgãos municipais, que fosse ele próprio a convocar esses mesmos órgãos para apresentar os seus argumentos. E, daí, que a reunião tivesse sido convocada pelo Sporting Clube de Braga. Mas ao contrário do que disse, ali, o Sr. Deputado Municipal, ao contrário do que foi sugerido, inclusivamente, pelos responsáveis do Executivo Municipal do Partido Socialista, aquilo que verdadeiramente atestava a concordância do Sporting Clube de Braga, que esteve sempre presente em todas as posições assumidas, exceto num email, que, agora, era usado como prova e que foi enviado, sem sequer dar conhecimento para o Executivo Municipal, por um colaborador, o Diretor Municipal, Miguel Pedro Guimarães, invocando conclusões duma reunião que teria ocorrido na véspera desse mesmo email. Ao contrário desse dito email e do que lá estava vertido, o que podiam, ali, destacar, era o processo de licenciamento, que o Sporting Clube de Braga submeteu aos serviços do Município, para licenciar a segunda fase da Academia do Sporting Clube de Braga, em que não só se apresentou o contrato deliberado pelos órgãos municipais, a Câmara e a Assembleia Municipal, como atestando a posse do edifício, para viabilizar a intervenção que se seguiria, como na memória descritiva desse mesmo processo de licenciamento, dizia o Sporting Clube de Braga e não a Câmara Municipal, conseguiu-se, também, desenhar um parque de estacionamento com capacidade para cerca de duzentos e quatro lugares, pra além do espaço de oitocentos metros quadrados, a ceder à Câmara Municipal de Braga e à área destinada à prática de bilhar. Mais tarde, quando se apresentou um relatório de condicionantes, que determinava, também, as regras para

concretização dessa mesma intervenção, mais uma vez, o Sporting Clube de Braga, veio apresentar um documento em que dizia “este projeto irá ainda ceder à Câmara Municipal de Braga oitocentos metros quadrados no parque de estacionamento subterrâneo”. Ou seja, o Sporting Clube de Braga, como demonstravam os documentos que submeteu nos respectivos serviços municipais, sempre concordou com as exigências que foram feitas pela Câmara Municipal e que eram o balanço desejável para aquilo que eram as contrapartidas que ele teria que apresentar à concretização daquele tão ambicioso projeto que, obviamente, apoiavam e queriam ver concretizado. E, daí que, obviamente, não pudessem tolerar e não podia aceitar, minimamente, que o Sr. Deputado fosse, ali, pôr em causa a sua palavra, fosse pôr em causa a postura do Executivo Municipal, quando, na verdade, o que estava a fazer era um número político, de circo, tentando inverter a postura do Partido Socialista, naquela matéria, sobre a segunda fase da Academia. Depois, interveio o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para dizer que julgava que a intervenção do Sr. Presidente da Câmara foi esclarecedora. Mas, importava juntar, ali, mais alguns elementos, para perceberem o que se estava a passar. Era claro, que a Câmara estava empenhada como todos, em que a segunda fase da Academia fosse em frente, e fosse em frentes nos termos que fosse útil para o Braga e, naturalmente, para o Município, nos termos do diálogo e da negociação que houve para chegarem à fase onde chegaram. Mas, para quem tinha memória curta, lembrava, ali, que quando há alguns anos, votaram aquele documento, naquela Assembleia, o Partido Socialista dividiu-se, em relação àquela votação, porque nem todos estiveram de acordo em relação a essa mesma votação. Mas, para chegarem àquela documento, àquela minuta, houve negociação, houve discussão, houve notícias, houve contributos de Vereadores da Oposição. E,

relevava, ali, o contributo do Vereador Carlos Almeida, que fez sugestões, embora nem todas ficassem consagradas, mas algumas e significativas, ficaram vertidas naquela minuta. Ao fim daqueles anos todos, estar a invocar ignorância no processo, da parte de alguns. Da parte de outros, dizer que levantaram objeções àquele acordo, que se desconhecia, sobretudo quando isso foi público e participado. Quando, posteriormente, vieram pedir licenciamento e reconheceram que havia contrapartidas vertidas, que estavam a assumir nos documentos a licenciar, era bem claro, que se percebia a posição do Braga e, a seu ver, estava a tentar obter ganho de causa, não entrando pelo lado certo. Mas, a Câmara estava a dialogar. O Braga estava a dialogar. E como duas entidades, absolutamente respeitáveis da nossa cidade e, atendendo à importância do que estava, ali, em discussão, iriam confiar que o Município e o Braga, com certeza, conseguiriam encontrar um equilíbrio num acordo sobre aquela matéria. O que se esperava, enquanto Deputados Municipais, era que sendo testemunhas daquele diálogo e daquele processo, fizessem um alinhamento, um discurso de participação, de estímulo, para que aquele diálogo se pudesse desenvolver, pudesse frutificar e, naturalmente, no conteúdo e no interesse de todos pudesse, de facto, criar condições, para que a segunda fase da Academia fosse uma realidade, porque era uma necessidade para o Braga e era, também, uma necessidade para a cidade, pela importância que a instituição tinha. Agora, havia equilíbrios que foram conseguidos no processo de negociação, que não podiam ser atirados para a valeta. Agora, não era forma de contribuir para a solução, ir, ali, tentar aproveitar aquela situação, para, sem objetividade, atacar o Presidente da Câmara, fazer daquilo um processo político e tentar, com aquela habilidade e com aquele truque, limpar a responsabilidade das divisões, que o próprio PS tinha, quando votou na génese aquele processo. Era uma espécie de

*cambalhota e manobra de diversão, ao mesmo tempo. Com isso não pactuavam. Nem fazer aquele tipo de atos políticos, era uma forma de contribuir, de forma objetiva e séria, para a resolução da questão que os preocupava, que era segunda fase da Academia. Porque se o diálogo estava em curso, não era preciso recomendar diálogo. Claro que um diálogo como aquele que se estava a desenvolver, não era uma coisa fácil, para se resolver duma penada, como, também, já perceberam. Mas, introduzir areia no sistema, guerra política, ataques políticos, para ajudar a resolver o problema, seguramente, conseguiam era o efeito contrário. E com isso, não pactuavam. E, nessa medida, iriam votar contra a proposta do Grupo Municipal do Partido Socialista. Usou da palavra o **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para responder ao Sr. Deputado João Granja, dizendo que o PS não teve divisões naquela matéria. E para dizer, também, ao Sr. Deputado João Granja e ao Sr. Presidente da Câmara, que o PS não deu nenhuma cambalhota. O PS poderia, facilmente, ter dado uma cambalhota quando, nessa Assembleia Municipal, em que aquele assunto foi discutido, salvo o erro em dois mil e treze ou dois mil e catorze, tivesse deixado cair o parque verde, que sempre defendeu para aquele lugar e tivesse, de uma penada, passado a apoiar os terrenos da Academia, naquele local. Aí, sim, o PS teria dado uma monumental cambalhota e teria feito um ato de aproveitamento político de ligação ao clube e tentar daí retirar aquilo que a ligação à maior instituição da cidade, poderia, politicamente, oferecer. O PS não o fez. Esteve, com pena sua, na reunião que aconteceu no estádio municipal, há um mês e meio, e gostaria de não ter estado, porque aquilo a que lá assistiu, que foi um momento de acusação e de contra acusação entre a Câmara Municipal e o Sporting Clube de Braga, com o conjunto de notícias que nos dias seguintes e nos dias anteriores pulularam na imprensa escrita, que em nada*

abonaram à boa relação e à construção do diálogo, que devia ser frutuoso entre a Câmara e o Sporting Clube de Braga e, sobretudo, na forma de prossecução de um conjunto de objetivos comuns, porque os objetivos do Sporting Clube de Braga, naturalmente, ainda que alguns deles tivessem que ver com a SAD, diziam respeito e interessavam e importavam à Câmara Municipal, aos Bracarense e ao nosso concelho. E, portanto, depois desse conjunto de episódios, aquilo que o PS, hoje, mais ali não foi fazer, era recomendar diálogo. E podendo, o Deputado João Granja, no seu direito, naturalmente e na esteira dos valores de Abril, bem como o Sr. Presente da Câmara, discordar do tom, do estilo e do conteúdo, havia uma coisa que aquela discussão que ali, hoje, levaram, já conseguiu, foi lançar mais clareza sobre aquele processo do que tinha sido conseguido até ali. O Sr. Presidente da Câmara levou, ali, um conjunto de informações que, se calhar, até ali, continuavam envoltas em alguma nebulosidade, em alguma penumbra, com algum cinzentismo. E, portanto, o PS, querendo contribuir para um debate franco e aberto, se conseguiu de alguma forma contribuir para o esclarecimento, entendia que, neste momento, já saiu a ganhar. Usou da palavra a **Sr^a. Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, para dizer que, relativamente à recomendação do PS, que votariam favoravelmente, esclarecer que o que iriam votar era, precisamente, aquilo que o Deputado Pedro Sousa ali foi esclarecer. Iriam votar e apenas iriam votar aquela ideia e recomendação de que se mantivesse o diálogo entre a Câmara Municipal e o Sporting Clube de Braga. Não se associavam, por outro lado, com a maioria do conjunto de pressupostos que foi apresentado junto com aquela recomendação e iriam, da sua parte, como até ali tinham feito, garantir, que se respeitava, em primeiro lugar, o interesse público e que se garantisse que o Sporting Clube de Braga dava contrapartidas à Câmara, que se não iguais àquelas que se tinham pedidas de início, que fossem

*equivalentes, tal como haviam dito até ali, e daí votarem favoravelmente aquela capacidade de continuarem o diálogo que, aliás, era o que tinha sido tentado fazer durante este tempo todo. Posta à votação foi a presente recomendação **rejeitada com quarenta e sete votos contra e com vinte e seis votos a favor.** Interveio o Sr. Deputado do B.E., **ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para, numa **Declaração de Voto**, dizer que considerava que o que se passou, ali, foi vergonhoso. O Sporting Clube de Braga jogava num estádio que custou mais de cem milhões de euros. Já lhe tinha sido atribuído quase metade do parque norte, que os munícipes estavam a pagar. Queriam-lhe atribuir o resto. O próprio estádio, quando o Braga deixasse de lá jogar, se alguma vez deixasse, ficava esmagado, não tendo o espaço das piscinas. Ficava o estádio sem poder respirar à volta. A única coisa que se exigia ao Sr. Presidente da Câmara, era que pura e simplesmente não avançasse com mais nada. O que houvesse de ser feito no espaço até às piscinas, devia ser a Autarquia a fazê-lo e devia ficar sob a administração da Autarquia. Isso nem para a verdade desportiva era bom. Aquele investimento faraónico do Sporting Clube de Braga diminuía todas as outras modalidades e todos os outros clubes do concelho. Aquilo era vergonhoso. E mais vergonhoso, ainda, quando via, ali, partidos maioritários a preocuparem-se com aquela questão de milhões, que ainda estavam a ponderar levar aos organismos que verificavam aquela transferência de dinheiros e de propriedades. Mas, recordavam, ali, que umas centenas de euros no IMI, para as famílias que tinham um filho, foi recusado naquela Assembleia. Isso era vergonhoso. A palavra foi dada à Sr^a. Deputada do B.E., **MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA** para apresentar uma outra **Recomendação**, realçando que os espaços públicos das cidades eram locais privilegiados para prestar homenagem a personalidades relevantes e a momentos históricos ou evocativos. Braga, como*

*cidade bimilenária e uma das maiores cidades do País mais antigo da Europa, que era Portugal, orgulhava-se do seu passado e isso ia sendo visível nos espaços públicos. Como em qualquer outra cidade, podiam ser encontradas nas praças públicas referências a monumentos históricos e a personalidades históricas de referência, o que contribuía para a construção de uma identidade coletiva e um sentido de pertença. Porém, verificava-se que esses monumentos e estátuas nem sempre estavam acompanhados de informação identificativa e que explicasse os motivos que levaram a erigir o monumento ou a estátua. Esta lacuna levava, na maioria dos casos, a que os bracarenses desconhecassem os feitos ou os factos da homenagem, o que não contribuía para a consciência coletiva. “Assim, a Assembleia Municipal de Braga, recomenda ao executivo municipal que as estátuas e os monumentos evocativos passem a estar acompanhados de informação suficiente e validada cientificamente, do ponto de vista histórico, por historiadores da época a que se reportam, como aliás acontece noutras cidades”. Posta à votação foi a presente recomendação **aprovada com trinta e cinco votos a favor e com vinte e seis abstenções**. Retomou do uso da palavra a **Sr^a. Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA** para apresentar uma outra **Recomendação**, destacando que recentemente, os alunos da Escola EB dois três Frei Caetano Brandão manifestaram-se quanto à necessidade de realização de obras de conservação na escola, nomeadamente ao nível da caixilharia das janelas, piso interior, casas de banho e piso do campo de jogos. Queixaram-se que a escola tinha sido esquecida, apesar de ter já trinta e quatro anos. O BE fez uma visita recente à escola, auscultou os dirigentes e constatou que se tratava de uma escola em que o bom aspeto tinha sido garantido, fruto dos projetos em que o*

corpo docente se envolvia e do trabalho voluntário de pais, docentes, funcionários e alunos, que tinha permitido a pintura interior e exterior, a melhoria dos espaços comuns e de jardins. Constatou, também, que esta escola foi pioneira na educação ambiental, dispondo há largos anos de uma horta e um pomar que eram recursos para a aprendizagem. A escola apostava em recursos educativos para os seus alunos, envolvendo-se em projetos que os proporcionavam, mas faltava-lhe a manutenção de caixilharias, do piso interior e do campo de jogos, a pichelaria e eletricidade e a intervenção no telhado, para retirar o amianto, isolamento, obras que não eram da sua responsabilidade. Era sabido que esta escola era da periferia da cidade, servia uma população heterogénea em termos de interesses e, também, de condicionantes sócio culturais e era a única escola de referência para alunos cegos e de baixa visão no distrito de Braga. Soube, ao longo dos anos, dar resposta à diversidade de alunos que a escolheram, criando oportunidades de aprendizagem para TODOS os alunos. Oferecia, há anos, o ensino articulado da música e da dança, tendo salas para ensino de dança, para as quais contou com colaboração da CMB. Era procurada por alunos de vários pontos do concelho e mesmo de concelhos vizinhos, quer cegos e de baixa visão quer alunos com apetência para a música e a dança. Era escola TEIP (Território Educativo de Intervenção Prioritária), com forte investimento na promoção do sucesso escolar e resultados reconhecidos pelo ME. Integrava o conjunto de duzentas escolas que adotaram o plano de flexibilidade curricular. Atendendo ao património educativo diferenciado que esta escola tinha oferecido, ao contributo que dava para evitar a agudização de problemas sociais e de segurança nesta zona da cidade, e à melhoria de resultados que tinha conseguido, estranhava-se que não tivesse merecido,

da parte da CMB e do ME, a atenção que lhe era devida. “Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida a trinta de abril de dois mil e dezoito, recomenda à Câmara Municipal que diligencie junto do Ministério da Educação para que as necessárias obras sejam orçamentadas com a brevidade necessária, assumindo a autarquia a sua quota-parte na requalificação da Escola EB dois, três Frei Caetano Brandão”. Posta à discussão, usou da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para informar que o seu Grupo Municipal tinha uma moção sobre aquela matéria e iriam ter a oportunidade de explicitar, que havia uma responsabilidade da Câmara que a Câmara tinha assegurado e tinha havido uma reivindicação junto do Ministério da Educação, que não tinha sido cumprida. E, naturalmente, poderiam votar favoravelmente aquela moção, por entenderem que deveria sair dali uma posição forte da Assembleia, no sentido de pedir ao Ministério da Educação a intervenção junto da Escola, porque o que se pedia era uma intervenção de grande monta. Não eram as reparações que a Câmara tinha cumprido e tinha assegurado. Nesse sentido, esse trabalho tinha sido feito. Mas como iriam ter a oportunidade de o particularizar. Aquilo era um pouco mais complicado do que aquilo que estava a ser apresentado. Por isso, da sua parte havia abertura para poder baixar aquele assunto à Comissão. Mas o seu problema era que iria perder-se a oportunidade, hoje, de sair dali uma posição política forte de reivindicação da priorização da Frei Caetano Brandão, como uma obra de intervenção com fundos comunitários e assegurada pelo Ministério da Educação. O tipo de intervenção que era pedido, exigia essa envergadura. Por isso, iriam votar favoravelmente aquela moção, mas apenas com aquele sentido e salvaguardando a questão da responsabilidade da Câmara. Posta à

votação foi a presente recomendação **aprovada por unanimidade**. Interveio, ainda, o **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para dizer que quando o PS propôs que aquele tema baixasse à Comissão Especializada, era porque a densidade, o número de alunos que frequentavam aquelas duas escolas tão próximas, tinha vindo a decair. E importava que de uma forma séria e honesta e no interesse dos alunos e daquele território educativo, aquela questão fosse estudada. Não valia a pena ter duas escolas com uma frequência que estava a baixar, quando se podia investir numa delas, tornando-a verdadeiramente num CEI. E, portanto, daí que reforçava essa ideia de poder baixar à Comissão. Fazer um estudo mais amplo e profundo, para que, efetivamente, não se gastasse dinheiro desnecessariamente na recuperação daquela Escola, quando a outra também estava a ser recuperada, conforme proposta aprovada em reunião de Câmara e no valor de alguns milhões de euros. Só por isso. Foi dada a palavra ao **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para proceder à leitura da seguinte **Moção**: “A escola Dom Frei Caetano Brandão, tem mais de trinta e cinco anos de História. É uma das mais antigas do concelho de Braga e ao longo desse tempo nunca sofreu uma intervenção de fundo que desse resposta às más condições que indiscutivelmente apresenta. Os alunos, professores e funcionários, têm denunciado que chove em algumas salas de aula e outros equipamentos, há falhas na água quente dos balneários, o piso do campo de jogos está muito degradado, há casas de banho sem portas, o frio é muito e os aquecedores só podem ser ligados por pouco tempo, porque as contingências financeiras, assim o obrigavam, a caixilharia está degradada, o muro que contorna a escola apresenta deficiências graves, etc, etc. A Autarquia tem efetuado pequenos arranjos, mas reconhece que são

insuficientes, uma vez que a escola precisa é de uma intervenção profunda à semelhança daquelas que ocorreram nas principais escolas do nosso Concelho. A intervenção foi proposta pelo Município em dois mil e catorze, à Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, no âmbito do mapeamento das escolas que precisavam de obras, mas aquela entidade não considerou prioritária esta intervenção. O Ministério da Educação tem sido alertado por muitas cartas de diversas entidades ligadas à comunidade escolar, associações diversas e Partidos Políticos, sem que até ao momento tenha quebrado o silêncio e assumido um compromisso de intervenção. A situação está a tornar-se insuportável e a gerar mau estar naquele estabelecimento de ensino. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida em trinta de abril de dois mil e dezoito, delibera: Um - Manifestar a sua indignação pelo estado de degradação a que chegou a escola Dom Frei Caetano Brandão; Dois - Lamentar o silêncio e a inação do Ministério da Educação que teima em ignorar esta realidade; Três - Apelar ao Primeiro-Ministro, para que se inteire da gravidade da situação, determinando uma rápida intervenção de fundo neste estabelecimento de ensino; Quatro - Dar conhecimento desta Moção ao Senhor Ministro da Educação e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República”. Da sua parte saudavam e estavam disponíveis para continuar a desenvolver e a estudar aquele assunto, no âmbito da Comissão, até, porque podia haver posições para consensualizar uma posição que salvaguardasse os interesses de todos os intervenientes. Havia, no entanto, uma coisa que para eles era clara, não era razoável que no século vinte e um houvesse crianças a terem aulas, naquelas circunstâncias. E, como tal, a voz da Assembleia Municipal devia, a seu ver, fazer-se ouvir, para que houvesse uma intervenção de quem tinha

responsabilidades na matéria. Posta à votação foi a presente moção **aprovada por unanimidade**. Interveio a **Sr^a. Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, para apresentar uma **Moção** sobre o “Processo de Transferência de Competências”, que dizia: “Embora não seja tema novo, e surja, à vez, ora enquanto “municipalização” ora como “descentralização”, o Governo preparou um extenso pacote de transferências de competências da Administração Central para as autarquias locais, que determinará a natureza, o âmbito e os níveis de atendimento em cada serviço a que essa transferência diga respeito; planejará os equipamentos e infraestruturas necessárias e, nalguns casos até, determinará os recursos humanos especializados necessários às áreas em que as competências se mantêm centralizadas. Como temos vindo a acusar desde cedo, este processo de transferência de competências, à semelhança do que ocorreu durante o anterior governo, configura, em geral, a mera desconcentração de competências, ficando longe de satisfazer os objetivos consagrados na Constituição para a descentralização. Ao não ser acompanhada, desde logo, dos meios humanos, dos recursos financeiros e do património adequado ao desempenho de cada função transferida, este processo determinará uma redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o Poder Local. Ao invés de visar uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e garantias das populações, garantindo serviços de proximidade, mas eficazes e capazes de responder às necessidades, este processo pretende continuar a empurrar um sem número de funções para as autarquias apenas para desresponsabilizar a Administração Central e esconder a falta de investimento e a inoperância

em muitas destas áreas. Acresce que, independentemente da intenção que este processo pudesse ter – mas que não tem -, a inexistência de autarquias de nível intermédio – as regiões administrativas (que não são substituíveis, nem na forma nem na prática, por soluções intermunicipais) constitui por si só um obstáculo a uma efetiva descentralização que é urgente resolver. Para que isto seja possível, é necessário encontrar uma solução em que o Poder Local se possa assumir como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção, que faça sentido à luz do princípio de subsidiariedade e complementaridade, como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha, por outro lado, em causa a universalidade das funções sociais do Estado. Para que isto seja possível, é necessário que se criem condições financeiras, de autonomia e de organização às autarquias, para que possam responder verdadeiramente às responsabilidades que hoje já detêm e às que ainda lhes fossem atribuídas. Assim, e face aos projetos e diplomas do Governo que visam transferir competências para as autarquias locais, a Assembleia Municipal de Braga, reunida a trinta de abril de dois mil e dezoito, delibera: Um - Reclamar uma descentralização de competências efetiva, que contribua para o desenvolvimento local e regional, que assegure o reforço da coesão nacional e da solidariedade inter-regional e que promova a eficiência e eficácia da gestão pública, garantindo e aprofundando, assim, os direitos das populações; Dois - Reiterar a exigência da criação das regiões administrativas enquanto fator indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração e à defesa da

autonomia dos municípios e das freguesias; Três - Rejeitar qualquer transferência de competências que subordinem a satisfação dos direitos das populações às contingências e desigualdades inerentes aos diversos graus e características do desenvolvimento local e que prejudique a universalidade dos direitos sociais; Quatro - Expressar as maiores reservas quanto a transferências de competências que mantenham, em última instância, o poder da decisão na Administração Central, pondo em causa a autonomia do Poder Local; Cinco - Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada de dotação das autarquias dos meios indispensáveis ao seu pleno exercício”. Colocada à discussão, passou a usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para dizer que, se de facto, não fosse a referência à questão das regiões administrativas, que iriam pedir que fosse desagregado, em termos de votação, e sem prejuízo de ser público que o PSD subscreveu, a nível nacional, um pacto sobre essa matéria, diria que aquela moção era para o PSD, uma moção verdadeiramente social democrata. Por isso, não havia, obviamente, problema nenhum em votá-la, porque, naturalmente, a descentralização de competências tinha que ser acompanhada, obviamente, do respetivo envelope financeiro e não podia ser uma forma do governo central se desobrigar daquelas que eram as suas responsabilidades, sob pena de se transformar num presente envenenado, para as autarquias e o próprio estado lavar as mãos, em relação àquelas matérias. Da mesma forma que não era aceitável, que houvesse mecanismos de intervenção sobre temas que transferiu para as autarquias, deixando para si, a última palavra sobre questões que eram

*fundamentais para o país. Por isso, havia da sua parte concordância sobre os termos em que estava redigido, pediam, apenas, que em relação ao ponto da deliberação no que dizia respeito às regiões administrativas, que fosse desanexado, para poder ser votado à parte. A Sr^a. Deputada da C.D.U., **BÁRBARA SECO DE BARROS**, disse que aceitavam, naturalmente, a desagregação daquele ponto, mas dizer, também, ao social democrata João Granja, que tinham pena que, enquanto governo social democrata, que o foi, em várias oportunidades no país, nunca tivesse concretizado aquela aspiração que parecia, agora, a bancada social democrata concordar. Portanto, ficavam expectáveis, de qualquer maneira, relativamente àquela posição. Posta à votação foi a presente moção, sem o ponto dois, **aprovada por unanimidade**. Posto à votação o **ponto dois** da referida moção, foi o mesmo rejeitado com **trinta e nove votos contra, com vinte e oito votos a favor e com três abstenções**. Interveio, de seguida, a Sr^a. Deputada do B.E., **MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA**, para, numa **Declaração Política**, destacar que: “A ação política deve respeitar os princípios da sã convivência democrática e não pode estar balizada por normativos, pressupostos apriorísticos ou licenças de qualquer ordem. Quando é definida, a ação política não se coaduna com as agendas dos adversários políticos e faz parte da normal dinâmica interventiva. A ação política resulta do que é considerado premente denunciar e trazer à discussão, no quadro do escrutínio democrático plural e da prestação de contas e não do que é mais conveniente ao poder instalado e ao politicamente correto. Esta liberdade de intervenção e de expressão foi uma das grandes conquistas da Revolução de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, que convém ter sempre presente e que não pode de forma alguma ser posta em causa. Esta ação política, consignada na*

Constituição e na Lei Eleitoral, não pode ser posta em causa por declarações públicas dos responsáveis autárquicos aos órgãos de comunicação social, enxovalhando, humilhando, menorizando e desprezando os adversários políticos eleitos democraticamente. Efetivamente, se dúvidas houvesse quanto à pertinência de levantar esta discussão na evocação do vinte e cinco de Abril, elas se dissiparam perante as reações que vieram a público à iniciativa do Bloco de Esquerda que decidiu, simbolicamente, cobrir a estátua de uma figura diretamente envolvida na instauração da ditadura que governou o país durante quase meio século. Constatase, assim, que, em Braga, a democracia regride quando se considera publicamente um partido, que elege democraticamente os seus representantes, como insignificante, mostrando total falta de respeito pelos processos democráticos. Em plena celebração do vinte e cinco de Abril e da democracia, dá que pensar. A ação de cobrir a estátua do Marechal Gomes da Costa integrou-se nas comemorações do vinte e cinco de Abril do Bloco de Esquerda de Braga. A ação é simbólica e é sobre uma estátua que tem um valor simbólico indesmentível: é um monumento que comemora o Estado Novo, inaugurado em plena ditadura e representa, hoje, os quarenta e oito anos da ditadura derrubada em vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro. Foi esta a motivação da ação do BE. Cobrir um símbolo da ditadura salazarista na madrugada do vinte e cinco de Abril, nas comemorações dos quarenta e quatro anos da Revolução dos Cravos. Pensamos que a presença desta e doutras estátuas está naturalizada e pouco problematizada e não há um amplo debate. O objetivo foi levar os bracarenses a interrogar-se sobre a figura homenageada e o que representa. Assim, verifica-se que há inúmeros equívocos que permanecem no imaginário coletivo. A estátua representará um herói mostrado aos bracarenses como tal em mil novecentos e sessenta e seis e essa

*mensagem propagandística chegou até aos nossos dias através da memória coletiva. Ora, de herói, a figura representada não tem nada e nem sequer é bracarense. Liderou uma revolta militar que pôs fim à frágil e conturbada Primeira República e abriu caminho para o estado novo que se implantaria três anos depois. Foi esse o motivo da celebração em mil novecentos e sessenta e seis - associar a cidade de Braga ao golpe militar e à implantação do Estado Novo. É esse o significado verdadeiro da estátua, que nem o tempo pode apagar. Estes são os factos que a maioria dos bracarenses desconhece. Lamentamos que o pano que cobriu a estátua apenas tenha permanecido breves momentos. Se tivesse ficado o dia todo do vinte e cinco de Abril, mais bracarenses ter-se-iam interrogado do significado do gesto. Foi um gesto de protesto democrático e pacífico como qualquer outro. Por isso, no Bloco de Esquerda estamos preocupados com as reações agressivas e violentas ao nosso gesto simbólico, o que revela um profundo desconhecimento da História e, mais grave, do funcionamento da democracia. Podemos sempre concluir que atos fora da caixa numa cidade conservadora como Braga causam sempre grande alarido. Mas isso não nos inibe ou intimida. Pelo contrário. Representamos democraticamente quem votou em nós e quem pensa como nós. Temos essa responsabilidade e devemos esse respeito a quem nos elegeu". Depois, foi a vez do **Sr. Deputado do P.S., JOSÉ EDURADO GOUVEIA**, proceder à apresentação de outra **Declaração Política**, salientando que: "Ricardo Rio é poder há mais de cinco anos e as opções estratégicas para o Município deixam muito a desejar. A forma como estão as nossas vias, os passeios, os espaços verdes são um reflexo cabal da falta de trabalho e de cuidado deste executivo municipal. O brio há muito que abandonou esta cidade. Os problemas de trânsito, por sua vez, agudizam-se de forma nunca antes vista, fazendo Braga lembrar urna grande metrópole. Longe*

vai o tempo em que os Bracarenses elogiavam a fluidez do trânsito como um dos fatores maiores da qualidade de vida no nosso concelho. Infelizmente, problemas como os do nó de Infias alastram e multiplicam-se, ao passo que as políticas inovadoras de mobilidade mais não foram que comprar autocarros velhos e sempre a avariar e fazer um faustoso suplemento num jornal local. Mas são mais vastos os exemplos da inércia e ausência de ação da atual maioria. A Rua Nova de Santa Cruz, cujas obras se concluíram por altura das eleições, demonstram a falta de cuidado e de planeamento estratégico, não tendo sido auscultados atempadamente moradores e comerciantes aquando do desenrolar da empreitada, cujas reivindicações de hoje continuam sem resposta. A ciclovia que liga de Fraião, Lamações e Nogueiró, com LED's fundidos, piso sem pintura, num triste espetáculo de degradação que é o espelho perfeito da atual gestão municipal. A esta degradação, assistem caladas as respetivas Juntas de Freguesia, alinhadas com o poder municipal e sempre à espera que lhes caia na mesa mais uma migalha. Têm medo de reivindicar porquê? Ou não acham vergonhoso este cenário? A construção de ciclovias – foi inexistente apesar de ser um dos compromissos eleitorais abandonados por este presidente de Câmara para quem requalificar se reduz a construir supermercados. Sim, porque parece que, agora, para a Fábrica Confiança, o que o atual presidente pretende requalificar é o alargamento de um centro comercial. É nesse enquadramento que se situa o marasmo que enreda o São Geraldo e não fora a cidadania e o seu movimento e o São Geraldo seria mais um mau exemplo da defesa do património. Que dizer também da burocracia no licenciamento de obras – em que os documentos se encontram numa empresa privada na Maia, sendo um serviço que não devia estar nas mãos de privados – serve, agora, para criticar os funcionários como justificação dos atrasos? Apenas mais um caso da degradação dos serviços

públicos municipais que, a cada dia que passa, incomoda mais e mais munícipes. Adiar é o verbo que melhor conjuga esta maioria, de que é exemplo cimeiro o dossier da AGERE, quase colocada nas mãos dos privados. Que podemos dizer da postura de insensibilidade social relativamente às pessoas, uma perspetiva desumana face aos mais frágeis, traduzidas na falta de planeamento e na forma prepotente como trataram os feirantes e os comerciantes do mercado? Que dizer também da falta de assistentes operacionais nas escolas e da decisão de expulsar um conjunto de Assistentes Operacionais dedicados e diligentes que viram o serviço descontinuado às crianças com mais necessidades educativas? Com esta decisão, Ricardo Rio prejudicou o processo educativo e colocou estes Operacionais fora do concurso público. E sobre a posição teimosa e prepotente do Presidente quanto às trinta e cinco horas semanais criando trabalhadores de primeira e de segunda... cedendo apenas depois da oposição e da luta dos trabalhadores? O grande parque de Lazer em Braga, junto ao estádio Municipal é outro recuo que marca o anterior mandato, o mesmo podendo dizer-se do preço da habitação em Braga. Quanto à possibilidade da Polícia Judiciária sair de Braga, o PS entende que a "Câmara deve e tem obrigação de tudo fazer para que a PJ não seja deslocalizada, situação que já esteve em cima da mesa no anterior Governo em ser transferida para Porto ou Vila Real". A Câmara Municipal de Braga deve encetar os esforços para que se encontre uma solução de compromisso capaz e viável para manter a PJ em Braga. Achamos que é possível encontrar uma alternativa e não devemos enveredar por extremar posições. Ricardo Rio não pode ajudar o Governo na questão da Pousada da Juventude e afirmar o contrário no problema da Polícia Judiciária. Os atrasos de vários meses dos pagamentos das refeições escolares às juntas de freguesia, que no passado nunca se atrasaram tantos meses mesmo

*quando havia atrasos do Governo em relação à Câmara e o eterno esquecimento com projetos da maior necessidade como a requalificação do Parque Industrial de Padim da Graça, diz bem dos dois pesos e das duas medidas como se governa, por estes dias, o município. Há dinheiro, muito dinheiro para os projetos que têm retorno mediático e que agradam à maioria, falta dinheiro, a Câmara está, devido aos socialistas, sem dinheiro para fazer face aos Projetos que, mesmo que muito importantes para as pessoas e para a comunidade, não são do agrado da maioria e não são em termos mediáticos tão apetecíveis. Urge fazer mais e melhor e é por isso que o PS-Braga se baterá todos os dias”. A palavra foi dada à Sr^a. Deputada do C.D.S.-P.P., ANA LEONOR PIZARRO BRAVO DA SILVA PEREIRA, para, em mais uma **Declaração Política**, destacar que: “A proteção animal não é uma coisa de esquerda nem de direita! A política animal não é, nem nunca foi, uma preocupação exclusiva da esquerda partidária! O bem-estar animal nunca se restringiu ao ideário da esquerda! Os animais, em Braga, nunca foram prioritários nas políticas desenvolvidas pela esquerda bracarense! Num tempo e num mês em que a esquerda tanto se prende a um passado longínquo, torna-se necessário apelar à memória dos aqui presentes, lançando-lhes o desafio de enumerarem as ações que haviam sido desenvolvidas nos anos anteriores a dois mil e treze em prol dos animais! Quais as iniciativas levadas a cabo pelo executivo socialista em prol dos animais? Terá sido apenas o afastamento dessa competência e a sua entrega à AGERE? A qual, naquele tempo, apenas promoveu a construção do canil municipal e o abate dos animais capturados? A nós parece-nos que sim! Tão moralista a posição da esquerda na proteção dos animais! Mas que se ficou pelo cumprimento da lei à data! Será que esta postura de proteção animal é uma amostra dos ideais da geringonça? Triste passado contam os*

animais abandonados em Braga! Bem sabemos que os animais não votam! Sorte da esquerda Bracarense! Mesmo assim, a atual maioria do executivo (de direita!) tornou a política de proteção animal como um importante pilar de atuação. A efetiva proteção animal não se compadece com fundamentalismos inexecutáveis! A efetiva proteção animal necessita da execução de concretas ideias que, passo a passo, contribuem efetiva e eficazmente para a concretização do tão ansiado “bem-estar animal”. Assim, não podemos falar em política de proteção e bem-estar animal sem fazer referência ao trabalho que tem sido desenvolvido pelo Município de Braga, mais concretamente pelo Pelouro do Ambiente. Bem sabemos que os cuidados de saúde animal são um fator determinante para o bem-estar. Também reconhecemos que tal necessidade, muitas das vezes, não é satisfeita por absoluta impossibilidade dos donos dos animais. Ciente deste duplo problema, o Município de Braga estabeleceu um protocolo com a Ordem dos Médicos Veterinários de forma a implementar no Concelho o Programa de Apoio de Saúde Preventiva a Animais em Risco, concedendo um “Cheque Veterinário” às famílias carenciadas. Contudo, torna-se necessário, também, promover um conjunto de medidas promotoras da adoção dos animais residentes no Centro de Recolha Oficial de Braga. Assim, o “Cheque Veterinário” também se destinará a quem adotar um animal de companhia no Centro de Recolha Oficial. Contudo, as iniciativas do Município não se ficam por aqui! A Autarquia está a desenvolver o projeto de Captura, Esterilização e Devolução dos animais (CED), especialmente vocacionado para gatos de rua, o qual está a ser desenvolvido em parceria com associações devidamente acreditadas para acompanhar animais. Tal parceria traduzir-se-á na celebração de protocolos com associações locais. Ainda no que toca às colónias de gatos, o Município desenvolverá uma experiência com a casa dos gatos. Para além destas iniciativas, o Município, através da Agere, irá

*disponibilizar uma viatura de emergência exclusiva para animais abandonados, a qual irá atuar em situações de animais feridos e acidentados e será utilizado pelos Bombeiros Sapadores, devidamente formados para o efeito. Promissor futuro auguram os animais em Braga! Desta forma, as normas da Lei número vinte e sete, dois mil e dezasseis, de vinte e três de agosto, serão cumpridas e superadas. Ao contrário daquilo que nos ensina o passado recente de Braga, o governo deste Município não se bastou pelo linear cumprimento da lei. A sua atuação em muito ultrapassa o conceito básico de bem-estar animal professado naquela norma! Será que a mera criação ou modernização dos Centros de Recolha Oficial, a modernização dos serviços municipais de veterinária, a proibição do abate de animais errantes como forma de controlo da população, e a opção pela esterilização concretizam todo o conceito de bem-estar animal? Parece-nos que não! Desde dois mil e treze que o Município de Braga tem concretizado um conjunto de medidas que aliadas ao cumprimento da lei, melhor cumprirão aquele conceito! Atualmente, em Braga atua-se preventivamente, não se resumindo o conceito de animal àqueles capturados para o Centro de Recolha Oficial! Outras medidas têm sido desenvolvidas, como a construção dos parques caninos e as caminhadas com os animais do Centro de Recolha Oficial, com a participação de inúmeros voluntários. Em Braga as medidas de proteção animal não se ficam por aqui! Em Braga também os animais sentem que a mudança existe e que a mudança não vai parar! Passou-se à apresentação da **ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO UM – APROVAÇÃO DA ATA DO DÉCIMO SEGUNDO MANDATO NÚMERO QUATRO BARRA DOIS MIL E DEZOITO, DE VINTE E TRÊS DE FEVEREIRO**. Submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze*

de setembro, a ata do décimo segundo Mandato, número quatro barra dois mil e dezoito, referente à sessão ordinária de vinte e três de fevereiro. Posta à votação foi a referida ata **aprovada por unanimidade**. **PONTO NÚMERO DOIS – RELATÓRIO DE ATIVIDADES E RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA DE DOIS MIL E DEZASSETE**. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea l), do número dois, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco, dois mil e treze, de doze de setembro, proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de dezasseis de abril em curso, relativa ao Relatório de Atividades e Relatório de Gestão e Contas da Câmara Municipal de Braga de dois mil e dezassete, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Aberta a discussão, passou a usar da palavra a **Sr.^a Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, para dizer que: “Aguardámos este relatório de contas com alguma expectativa, tendo em conta as previsões do último orçamento aprovado, para este ano, ter sido de uma ordem de investimento acima do normal. Sabemos que iremos aqui ouvir hoje, por parte da defesa deste relatório, falar dos projetos conseguidos – os mesmos que ouvimos nos anos anteriores -, da redução da dívida da Câmara Municipal e de um sem número de cenários que farão este relatório parecer um sucesso. Mas não ouviremos falar, nessas intervenções, do que ficou por fazer e que, por isso, não interessa ser mencionado nem dos anúncios de projetos que fizeram correr tinta nos jornais, mas cuja abdicação por parte desta maioria parece passar por entre os pingos da chuva. Não ouviremos falar, desde logo, daquilo que desconfiávamos aquando da discussão no final do ano passado do Plano e Orçamento para dois mil e dezoito, de que os valores inflacionados dos investimentos previstos não tinham justificação”. Afinal, a taxa de execução da

receita de dois mil e dezassete não era tão espantosa assim, pelo que se sentiram obrigados a manter as dúvidas sobre de onde se previa que viesse todo o investimento que se previu para este ano, com valores bem acima dos orçamentos anteriores, cujas previsões não encontravam, de todo, neste relatório de contas explicação. Confirmava-se a diminuição do valor recebido da derrama, em menos dez mil setecentos e setenta e três euros, pelo que se confirmava a tendência que haviam constatado sobre o primeiro semestre de dois mil e dezassete, que parecia não ter sido contrariada, ficando por explicar também, assim, a previsão de subida de derrama no orçamento aprovado para este ano. Por outro lado, a receita proveniente da taxa de IMI aumentou, o que confirmava aquilo que vinham dizendo acerca do peso das taxas municipais na receita do município – que em dois mil e dezassete, segundo este relatório, atingiu os cinquenta e dois por cento - e da possibilidade de desagrá-las. Segundo este documento, as receitas fiscais aumentaram em cerca de cinco vírgula nove milhões de euros, nomeadamente a receita de IMT (acrescida em dois vírgula nove milhões de euros), a de IMI (acrescida em oitocentos e trinta e um mil euros) e Taxas, Multas e Outras penalidades (acrescidas em um vírgula três milhões de euros). Se era verdade que, desde dois mil e treze, não houve um agravamento destas taxas, também era verdade que este facto não autorizava esta maioria a dizer que não tinha margem para as aliviar. Desde o início da governação da coligação Juntos Por Braga que assistiam a um acréscimo muito significativo de receitas provenientes dos impostos diretos, nomeadamente do IMI. Este era um traço desta gestão municipal desde dois mil e treze, e que os levou por diversas vezes a propor uma descida na taxa do IMI, descida essa que teria um real impacto nos orçamentos das famílias dos bracarenses, ao contrário do que acontecia com o IRS, cujo valor de que a autarquia abdicava da taxa

cobrada a nível nacional, tinha um significado muito reduzido para as famílias – as famílias mais carenciadas nem sequer pagavam IRS. “Não temos dúvidas de que a dinamização económica crescente que, embora não seja toda da responsabilidade do município, mas também da mudança nacional que abriu espaço à recuperação económica que se vive no país, tem o seu peso no aumento destas receitas; mas também por isso insistimos uma vez mais que estes resultados comprovam que existe margem para aliviar os orçamentos das famílias bracarenses, redução que poderá ser cautelosa, mínima primeiro, e, dependendo da avaliação que se fizesse das suas consequências, progressivamente aumentada”. A taxa de execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) apresentava um total executado de nove vírgula quatro milhões de euros, representando uma taxa de execução que, embora acima da do ano anterior, não ultrapassou os sessenta por cento. Se o PPI para dois mil e dezassete já era pouco ambicioso, tendo deixando de fora muitos projetos prioritários para o município, esta taxa de execução espelhava a falta de ambição e de capacidade de responder às prioridades do concelho desta maioria. Foram sempre sendo confrontados com a justificação dos atrasos dos fundos comunitários para nuns projetos, ou de dificuldades judiciais para outros, quando todos estes fatores deviam estar previstos na altura em que se elaboraram os planos de atividades e os orçamentos. De qualquer maneira, olhando para o facto de o investimento municipal estar, afinal, muito dependente das receitas fiscais arrecadadas pelo município, confundia-os que se usasse tantas vezes a justificação dos atrasos no quadro do Portugal vinte vinte. “Destacamos a incapacidade desta maioria em responder aos problemas que, desde dois mil e treze, mais são reclamados pelas populações das várias freguesias da cidade, que se prendem com a varredura, os problemas de iluminação ou o estado de

degradação de grande parte das vias, quer de passeios, quer de estradas. Nos últimos meses, inclusive, a cidade tem-se deparado com consequências muito graves em várias estradas do concelho, que com as chuvas aluíram ou ficaram cheias de buracos. Sabemos que os problemas infraestruturais não se resolvem de uma só vez, e que o que nasce torto tarde ou nunca se endireita, mas também sabemos que não cabe a mais ninguém do que a esta maioria acautelarem este tipo de problemas e resolvê-los. Os erros do passado não podem ser escamoteados, mas não podem servir para atrasar a ação que se quer rápida quando se trata da segurança das vias e da qualidade de vida no quotidiano dos bracarenses".

Sobre o Património Cultural, mantinha-se a falta de uma política integrada de salvaguarda, recuperação e valorização do património arquitetónico e arqueológico do concelho. Com efeito, as isoladas ações tomadas por esta maioria em alguns edifícios e monumentos com interesse histórico não eram suficientes para obliterar os erros das últimas décadas, exigindo-se, também nesta matéria, que a maioria neste executivo desse maior atenção e reforço financeiro a projetos de conservação, restauro e salvaguarda de monumentos classificados, dos quais destacavam o Estádio primeiro de Maio, a Estação Arqueológica de Santa Marta das Cortiças ou as Ruínas Romanas das Carvalheiras. O Estádio primeiro de Maio, que contou com um investimento muito tímido na sua requalificação durante o ano de dois mil e dezassete, apresentava hoje, reconhecidamente, um estado avançado de degradação que exigia uma intervenção bem mais urgente e acelerada, quer pela urgência da sua conservação e recuperação, quer pelas respostas que poderia dar, nomeadamente, às necessidades do movimento associativo da cidade. Já a requalificação do PEB, em sentido contrário, superou o investimento previsto para o ano passado e, sabiam agora, irá atingir valores bem mais altos do que o

previsto inicialmente no projeto, tendo em conta as derrapagens orçamentais já confirmadas em, pelo menos, cerca de meio milhão de euros. Outro destaque importante deste relatório de contas era a concretização dos centros escolares de Esporões, Gualtar, Merelim São Pedro e São Lázaro, embora esta última escola estivesse longe de estar pronta, ou a reabilitação da Rua Nova de Santa Cruz, cujo investimento foi de trezentos e treze mil euros, mas que não cumpriu praticamente nenhum dos objetivos iniciais do projeto, nomeadamente a primazia que supostamente ia ser dada, naquela via, aos peões e aos transportes públicos. Os peões tinham um passeio mais largo de um dos lados da rua, embora uma parte estivesse reservada a estacionamento automóvel; a via destinada a meios suaves de transporte não tinha a largura suficiente para garantir uma utilização em segurança, e as linhas de autocarro que ali passavam circulavam agora apenas numa direção. “Na Requalificação do Mercado Municipal, o investimento em dois mil e dezassete foi de cento e sessenta e três mil cento e quarenta e quatro euros, de um milhão duzentos e vinte e seis mil e quinhentos euros previsto, embora ela não tenha avançado ainda e, tendo em conta as recentes notícias de impugnação por parte do segundo classificado no concurso para adjudicação da referida obra, possivelmente tenhamos que esperar bem mais, para que se possam organizar visitas guiadas nem que fosse a uma pequena parte pronta do Mercado, tal como aconteceu durante este fim-de-semana no agora batizado de Fórum Braga”. As requalificações de espaços públicos dos bairros sociais das Enguardas, do Bairro do Picoto e do Bairro de Santa Tecla, foram executadas em zero euros do previsto, ficando por cumprir. Já a requalificação do Pavilhão Flávio Sá Leite, com previsão de quinhentos euros para dois mil e dezassete e de um milhão até ao final de dois mil e dezoito, não só se ficou também no zero no ano passado, como ficará na gaveta. “Sobre o Eco Parque

das Sete Fontes já nos custa, inclusivamente, falar. Dos mil euros previstos para dois mil e dezassete, nada foi executado, valor que transitou para o orçamento deste ano, com um acréscimo de investimento que, já na altura da votação do referido orçamento, questionámos, pois não se sabe de onde virá. O que sim, sabemos, é que se deitou a mão às Sete Fontes para lhes limpar a cara, que nem primeira pedra numa inauguração pomposa de qualquer construção, mas que este Parque ficará na gaveta por sabe-se lá quanto tempo, o que demonstra a importância que esta maioria dá ao que seria, este sim, por excelência, o Parque da Cidade”. O mesmo se verificava na rubrica de requalificação e beneficiação de parques industriais, que não mereceram qualquer investimento também, ou a requalificação do parque industrial de Celeirós e a renovação do pavimento do parque industrial de Padim da Graça, que se empurraram com a barriga. A intervenção em espaços públicos, parques e jardins, dos oitenta mil euros previstos, foram concretizados apenas trinta e cinco mil quatrocentos e setenta e nove; o Tanatório de Braga também ficou para outra altura, como a construção e melhoramento de cemitérios ou a manutenção e conservação de jardins. A Via Nova – Musealização das Ruínas Romanas na Colina da Cividade – Termas Romanas do Alto da Cividade; a Musealização e Estruturas de Divulgação da DOMUS - Escola Velha da Sé e a Conservação e beneficiação de edifícios culturais foram encaminhadas para a mesma gaveta de todos os projetos antes enumerados. A gaveta onde cabiam todas as expectativas que se criaram sabendo que não se iriam cumprir, e onde os bracarenses poderiam encontrar grande parte daquilo que mais necessitavam. “O que este relatório de atividades e contas confirma é que, se com um orçamento pouco ambicioso para dois mil e dezassete a execução revela este nível de incapacidade, não conseguimos sequer imaginar que justificações virão para cima da mesa quando discutirmos o

*relatório de atividades e contas relativo a este ano, cujo orçamento promete investimentos surreais, tendo em conta a falta de empenho e prioridades desta maioria no que diz respeito aos projetos que, de facto, respondem às necessidades da cidade e da população”. Interveio de seguida o **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., JOÃO MIGUEL RIBEIRO LEMOS DE MEDEIROS**, para dizer que: “se tivermos em conta que, embora as autarquias locais detenham autonomia administrativa, financeira e política para regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respetivas populações uma parte importante dos assuntos públicos, persistem ainda regras e procedimentos que condicionam a autonomia real do poder local, designadamente, ao nível do desenvolvimento de uma verdadeira política fiscal de âmbito regional e na gestão dos fundos comunitários que, provavelmente, teriam evitado os enormes atrasos na execução do Portugal vinte vinte. Bem sabemos que as opções tomadas pelo Município são alvo das mais variadas críticas daqueles que se julgam profetas do dever de mal dizer! Contudo, nunca antes Braga foi palco de tão importantes e profundas medidas cujo impacto é de insofismável importância ao nível da sociedade e da economia. Mesmo assim continuará a esquerda contestatária propagandeando a crítica das opções de criação de emprego! Dito de outra forma, continuará a esquerda na profecia habitual da crítica ao investimento, ignorando (por certo, propositadamente), que sem investimento não há emprego. Ouviremos, também, as vozes habituais, criticar o investimento público! Já sabemos que dirão que é um investimento tímido! Contudo, mantém-se a esquerda desinformada quanto à necessidade de assegurar a equidade intergeracional cuja imposição é legal, moral e civilizacional!”. Firme do parco e irracional investimento de um passado anterior a dois mil e treze, que deixou uma herança pesada, com uma dívida no*

universo municipal, que ascendia, na altura, a cento e sete milhões de euros, seguro e ancorado numa estratégia sólida de desenvolvimento futuro, que este Executivo, como o presente Relatório o demonstrava, reduziu essa dívida em sessenta e um milhões euros, estavam certos que o Município de Braga manter-se-ia num rumo que asseguraria um desenvolvimento sustentável e promoveria Braga como um modelo de convivência social e destino de investimento. Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA, para, inicialmente, fazer um ponto prévio, como não tiveram tempo no período de antes da ordem do dia, começava por pedir à Sr^a. Deputada do CDS-PP, que quando se referisse à esquerda de Braga, deveria ter em consideração que o Bloco nunca foi governo na autarquia. O Bloco tinha muitos militantes seus que eram militantes pela causa dos animais, mas não determinava a forma como eles eram tratados pela autarquia em Braga. Portanto, a esquerda de Braga era uma coisa muito ampla e englobou tudo no mesmo saco. Ainda ao CDS-PP e relativamente à intervenção sobre as estátuas, curiosamente, deveriam comprar o jornal de hoje do “I”, que tinha para toda a gente ver, a Câmara de Madrid decidiu retirar o nome das ruas dos nomes franquistas. Não era o Bloco de Esquerda. E, relativamente à estátua do Cónego, sugeria que lesse o livro do Padre Alberto Azevedo e aí encontrariam as razões do Bloco de Esquerda para contestar aquela estátua. Não eram eles que o diziam. Era um colega e amigo dele, mesmo. Relativamente ao ponto da ordem do dia destacou que as contas, ali, apresentadas correspondiam a um orçamento aprovado e executado em mandato anterior, sem a intervenção dos atuais membros do Bloco de Esquerda naquela Assembleia Municipal. Em todo o caso, da análise dos documentos apresentados pelo Executivo, Relatório de Atividades e Relatório de Gestão das Contas de dois mil e dezassete, concluíram: “foi

mandato marcado pela redução de duzentos e cinquenta e cinco trabalhadores e trabalhadoras. De dois mil e dezasseis para dois mil e dezassete, são menos cinquenta contratos efetivos. As pessoas que faltam no município são compensadas pela contratualização externa, o que significa que se entrega dinheiros públicos a empresas privadas e se semeia a precariedade". Havia um significativo aumento da despesa com bens e serviços. Aumentou o recurso a empresas externas e ainda ficava a dever, apesar da redução da dívida total, a dívida a fornecedores a curto prazo aumentou significativamente, o que poderia querer dizer que havia dívidas a pequenas e médias empresas que se relacionavam com o município, podendo colocar em causa a sua sustentabilidade. Não se compreendia que um município com superavit de quatro vírgula seis milhões de euros, e ao mesmo tempo tantas carências. Como se não houvesse tanto para gastar. Empenhado em gastar milhões no Parque de Exposições, sem qualquer tipo política social. Foram devolvidos apenas setecentos e vinte e um mil euros com as Famílias. O nível de apoio social era vergonhoso. Olhando para o Plano Plurianual de Investimento, era zero euros (!) o investimento em Ação Social, Habitação e Cultura e na Educação era tímido, com ainda tanta carência, como na Escola Frei Caetano Brandão e a Escola Secundária de Maximinos. "É esta uma governação sem projeto, centrada apenas num grande investimento. Constata-se também o aumento das receitas às custas dos munícipes, isto é, do dinheiro retirado às famílias através de impostos, como IMI, e não só. Foi duplicada a cobrança de "Taxas, Multas e Outras Penalidades", de um milhão e meio de euros em dois mil e dezasseis para dois vírgula nove milhões de euros em dois mil e dezassete; Só em juros foram mais de um vírgula três milhões de euros. A taxa de execução em gastos com "Proteção Civil e Luta Contra Incêndios" é de cinquenta e dois por cento. Num ano tão trágico para o

concelho, onde era preciso mais determinação política nas escolhas”. Falava-se em Ambiente, Coesão Territorial, Mobilidade, Habitação, Cultura e Educação, mas não havia qualquer política: para despoluição do rio Cávado, nem para o aumento dos espaços verdes; de transportes públicos de qualidade e a preços acessíveis que servissem todas as freguesias do concelho; para a reabilitação e a dinamização do arrendamento a preços controlados. “Quanto às atividades, observamos que parece um relatório de intensões e não de atividade. Não há números, nomeadamente quanto a pessoas envolvidas, efeitos alcançados, formas de replicação de boas práticas. Além do mais, há atividades que são promovidas por associações e até por grupos de cidadãos que parecem ser da iniciativa da Câmara Municipal, mas que esta apenas apoia. Outras parecem medidas para entreter ou praticar a caridade e não para resolver os problemas reais das pessoas. Fala-se na participação dos cidadãos. Lembramos que o projeto da Rua Nova de Santa Cruz foi apresentado na véspera do início das obras, apesar de se ter prometido uma discussão pública atempada. Este modus operandi repete-se na rua vinte e cinco de abril. Não se ouvem as pessoas, não se participa nos debates e as decisões seguem unilateralmente, de cima para baixo, ao arrepio de tudo e de todos. Tememos que se repita o mesmo no Cinema São Geraldo. Continuamos sem saber quem fiscaliza a qualidade das refeições das crianças do pré-escolar e do primeiro Ciclo do Ensino Básico. Tememos pela Carta Educativa e por quantas mais escolas na periferia irão fechar, penalizando as crianças e criando ainda mais dificuldades no trânsito da cidade”. No domínio da Política de Ordenamento, de Planeamento e Urbanismo, este era um relatório de pretensões e não de atividades. Quanto ao PDM o município limitou-se a cumprir a legislação no que dizia respeito à nova Lei das Bases Públicas de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo e concretizados no Novo Regime

Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. Apesar das intenções de tornar Braga “uma referência no domínio da arquitetura e da paisagem pelas boas práticas que resultem das suas políticas públicas, nomeadamente sustentável, no ordenamento do território, na conservação da natureza e da biodiversidade, na reabilitação urbana, no desenvolvimento rural, na defesa do património cultural e na valorização turística”, como se podia ler no relatório, lembravam o seguinte: Os constantes atentados ambientais no rio Este, o esquecimento da recuperação dos bairros sociais e da falta de fiscalização no que dizia respeito ao Código Regulamentar do Município de Braga (política fachadista de recuperação de edifícios); Instalação do Continente na Rua vinte e cinco de Abril e na Quinta das Portas em Maximinos. Na defesa do património, o abandono da Ínsula das Carvalheiras e de todo o património arqueológico que necessitava de um programa de valorização e salvaguarda; neste campo referir a promessa que continuava por cumprir do Parque Eco monumental das Sete Fontes; Fábrica Confiança e São Geraldo. Os constantes adiamentos da Rede Ciclável de Braga e da respetiva discussão pública. A desmaterialização de procedimentos (epaper/entrega digital de processos) tinha-se revelado uma mais valia na simplificação da entrega dos processos, contudo os serviços do balcão único não tinham conseguido dar resposta aos munícipes que se tinham deparado com atrasos significativos nos serviços de atendimento. A Regeneração Urbana: falta de soluções para os espaços comerciais de primeira geração. Por fim, o incrível falhanço, a vários níveis, da intervenção na Rua Nova de Santa Cruz: não houve discussão pública (como já disseram), a obra foi apresentada na véspera da entrada das máquinas na rua. Apesar dos constantes avisos do presidente da junta (Ricardo Silva) a Câmara Municipal de Braga prosseguiu com os erros/problemas que foram, entretanto, identificados (falta de segurança nos

passaios, profusão de materiais, falta de escoamento das águas pluviais, solução que promovia o estacionamento abusivo, dificuldade de cruzamento de veículos). As atividades do ambiente do executivo municipal centravam-se à volta de protocolos, monitorização e atividades lúdicas e de sensibilização. “Este executivo está quase há cinco anos no poder e ainda não foi capaz de implementar, no terreno, políticas ambientais concretas. O que é feito do Parque das Sete Fontes? Já começaram as negociações com os proprietários dos terrenos? Está a ser feito o controlo de espécies invasoras e a manutenção do coberto vegetal? O que é feito da despoluição do rio Torto? A ETAR da Agere continua a poluir o rio? O que é feito da renaturalização de toda a margem do rio Este? Além de parecer fundamental ao Bloco de Esquerda que é fundamental remunicipalizar a totalidade da Agere e implementar um novo sistema de recolha de lixos, a recolha seletiva de lixo orgânico para compostagem e concretização da limpeza e desinfeção permanente das ruas (aguardamos a visita ao novo sistema), defendemos: um programa ambiental participativo que defina as trajetórias que o município deve seguir até dois mil e trinta, para que o espaço público seja mais sustentável, justo e aprazível. A regulamentação da plantação e o corte de vegetação arbórea e arbustiva no espaço público para aumentar a transparência e a legitimidade das intervenções municipais. A constituição de uma equipa de sapadores florestais municipais. O desenvolvimento de uma ecovia ininterrupta ao longo da margem do rio Cávado entre as freguesias de Padim da Graça e Crespos. A união, através de corredores verdes, do Parque de São João da Ponte com o Monte Picoto e a zona envolvente do Estádio primeiro de Maio e do Fórum Braga”. No plano de atividades de dois mil e dezassete da Câmara Municipal de Braga podia ler-se que a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC), que tinha vindo a ser

gradualmente implementada”, desde dois mil e dezasseis. Eram medidas importantes. Estavam mesmo a ser implementadas? Sobre a qualidade do ar afirmava-se um mar de generalidades. Não se fez absolutamente nada para diminuir a concentração acima do permitido por lei de dióxido de azoto. Para que isto acontecesse era necessário, entre outros, aumentar as áreas verdes na cidade e promover em larga escala os modos suaves de transporte, já que estes gases provinham em grande parte dos escapes dos automóveis. Sobre o Projecto Rios, era um facto que as margens do rio Este tinham melhorado, com a plantação acertada de vegetação ripícola que estava a vigorar em vários pontos das margens. Era, contudo, necessário ir mais além e renaturalizar troços do rio que ainda estavam canalizados por betão. Se, “Mais uma vez ambas as praias fluviais do concelho apresentam o galardão de “Praia Acessível - Praia para Todos!”, revelava o cumprimento dos requisitos da legislação em vigor relativamente à acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada, nomeadamente a existência de infraestruturas e serviços necessários à fruição da praia fluvial, isto não era definitivamente verdade para a praia do Cavadinho, onde os acessos eram maus (até para as pessoas sem mobilidade condicionada) e onde não foram criadas as infraestruturas planeadas. Para onde foram os fundos orçamentados? Sobre o “Florestar Braga dois mil e dezassete” de que forma se tinha acompanhado o desenvolvimento das plantas? Houve uma estratégia pensada, e de acordo com protocolos científicos, para a florestação? Sobre o incêndio de outubro de dois mil e dezassete e que consumiu um total de oitocentos e quarenta e oito vírgula cinquenta e dois hectares: “O Relatório de Estabilização de Emergência do Incêndio Florestal produzido pelo ICNF definiu para toda a área ardida as medidas para a estabilização de emergência a ser adotadas: A recuperação de infraestruturas afetadas; O controlo da erosão,

tratamento e proteção de encostas; A prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água; A diminuição da perda de biodiversidade.” O que foi feito, na prática, para implementar as medidas propostas pelo ICNF? “No domínio da Energia, constatamos que nada foi feito neste âmbito. Tudo muito genérico e que o fundamental, como equipar todos os edifícios municipais e imóveis de habitação social do concelho com painéis fotovoltaicos para que o edificado municipal seja energeticamente autossuficiente e dotar de isolamento térmico e acústico eficaz todos os edifícios municipais e imóveis de habitação social do concelho para aumentar a eficiência energética e mitigar os efeitos da poluição sonora não parece ter sido uma prioridade”. Registou-se, depois, a intervenção do **Sr. Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, para dizer que o Sr. Deputado António Lima voltou a levar, ali, a questiúncula da estátua que resolveram tapar. E resolveu dizer uma coisa com que não podia concordar. Cada período tinha as suas épocas. E havia épocas em que se concordava mais e outras em que não se concordava tanto. Mas, a parte artística estava lá. E da mesma forma que não concordava, que se retirasse a estátua de Dom Afonso Henriques, que deu dois estalos à mãe, e que, hoje, era considerado violência doméstica. Da mesma forma que não podia concordar que se retirasse a escultura do Marquês de Pombal, que foi um facínora dez vezes pior que Salazar. Da mesma forma que não concordava que se retirasse o túmulo de Lenine, na União Soviética, porque marcou uma época e da mesma forma que não concordava que se retirasse o Mao Tsé-Tung, porque, também, marcou uma época e porque as esculturas, se fossem todas retiradas, deixavam de existir. Eramos piores do que aqueles que criticávamos, hoje, que destruíam cidades na Síria e outras. Voltou a usar da palavra o **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para

esclarecer que não tinha falado em retirar estátua nenhuma. Não sabia onde o Sr. Deputado foi buscar isso. O Sr. Deputado da C.D.U., PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS fez um ponto de ordem à Mesa, solicitando que deixasse de ser complacente com intervenções fora da ordem e fora do tempo do seu período específico. Há pouco o Sr. Deputado António Lima, antes da sua intervenção, fez uma intervenção sobre algo, que até não estava sujeito a discussão, que era uma declaração política do período de antes da ordem do dia. E, agora, viram o Sr. Deputado do P.P.M., a rebater e a continuar essa discussão, quando estavam a discutir o Relatório de Contas da Câmara. Isso era responsabilidade da Mesa, pôr ordem na casa e impedir que aquilo acontecesse. Apelava que deixasse de ser complacente com aquelas situações. Dando continuidade à discussão do ponto da ordem de trabalhos, usou da palavra o Sr. Deputado do P.P.M., CARLOS ANDRÉ DA SILVA ALVES DE SÁ, para salientar que o PPM considerava que o que constava neste Relatório de Atividades dava ânimo e esperança ao munícipe para que fosse feito um excelente trabalho neste novo Mandato existindo uma preocupação em pensar a cidade, não para o imediato, como se fazia antes de dois mil e treze, mas sim para o futuro! Iniciou-se a Requalificação do Parque de Exposições de Braga que, conseguirá dar mais e melhores valências ao Fórum Braga. A esta excelente obra, o PPM esperava que fosse feito um trabalho da grandeza da obra.” O Fórum Braga pode, e deve ser a sala de espetáculos do norte. O PPM espera que o executivo saiba potenciar esta obra. Agora, teremos de trabalhar mais e melhor para que o Fórum Braga seja realmente um sucesso! Será necessário saber que eventos apresentar, que feiras apostar e rentabilizar da melhor forma o espaço criando o hábito nos munícipes em visita-lo! À parte do excelente trabalho feito em dois mil e dezassete, o PPM espera que os importantes passos dados na

requalificação do mercado municipal tenham desenvolvimentos em dois mil e dezoito. Este é um importante passo para atrair e ligar todos os munícipes ao comércio tradicional”. Iniciou-se a requalificação do Eixo Desportivo da Rodovia que provava a preocupação do município na melhoria das condições para a prática desportiva. Concluiu-se a candidatura a Cidade Criativa da Unesco na Media Arts que começou em dois mil e dezasseis e sem perder de vista a candidatura a Capital Europeia da Cultura em dois mil e vinte e sete. Quanto à Capital Europeia da Cultura seria interessante, no entender do PPM, descentralizar os espaços culturais levando eventos a todas as freguesias do concelho de Braga. Esta medida era de extrema importância pois, para além de inclusiva, tinha o poder de levar a cultura a pessoas que, por várias variáveis, por norma, não tinham acesso à mesma! Conseguiram-se criar novos investimentos de empresas como a Bosch, Accenture, Fujitsu, OutSystems ou a Regus! Era sem dúvida algo a salientar como o PPM já teve oportunidade de o fazer naquela Assembleia Municipal. Braga tinha que ser, cada vez mais, o principal polo industrial do norte do país. Ao excelente trabalho feito, o PPM pedia que lhe fosse dado seguimento, criando condições para que cada vez mais empresas se sentissem atraídas a investir em Braga! Apostou-se num ambiente mais sustentável efetuando iniciativas como “Oxigenar Braga” ou “A minha escola é Eficiente”. Também implementou a Estratégia Municipal de Adaptação às alterações Climáticas (EMAAC). Seria interessante começar em dois mil e dezoito a efetuar a monitorização dos dados de temperaturas em diversos pontos do Município para poder aplicar a recomendação da Assembleia Municipal de reduzir o impacto da denominada “Ilha de Calor”. Divulgou-se o Município no estrangeiro com a participação em feiras de turismo o que nos dava boas esperanças para dois mil e dezoito. Tendo em conta a questão demográfica no

nosso país, o turismo, como motor económico, tinha ganho cada vez maior importância. “É bom ver Braga a pensar, não no dia de amanhã, mas no futuro, e ser uma das cidades líderes nesta questão”. Houve sucesso na Candidatura à “Linha de apoio a Projetos WIFI em Centros Históricos”. Seria também interessante englobar o Bom Jesus que, apesar de não ser centro Histórico, tinha uma afluência de turistas, que o justificaria assim, como no entender do PPM, um acesso WIFI gratuito nos TUB! Distribuíram-se mil floreiras no Centro Histórico, através da iniciativa “Braga Florida” e que ajudaram a embelezar a cidade. Porque não alargar, também, a outros pontos que possuíam comércio? Continuou-se a apostar em Políticas Sociais e promoção da Cidadania ativa. A Revisão educativa deu passos decisivos em dois mil e dezassete. A Política de valorização das zonas rurais do Concelho ao qual iria ajudar muito o regulamento de incentivos para a instalação de Espaços em Turismo Rural do Concelho! Regeneração Urbana que tinha vindo a ser realizada de forma acentuada sobretudo no Centro Histórico com Mérito ao investimento Privado e às condições criadas para tal acontecer! “Acredita o PPM que devemos estar satisfeitos com este relatório de atividades. É óbvio que há ainda um longo percurso a percorrer. Porém o PPM vê com satisfação que a cidade saiu de um período que facilmente poderíamos chamar de marasmo do betão, para um conjunto de projetos sólidos, que projetam a cidade para o futuro, que a tornam mais integrada atraente e socialmente mais coesa. O PPM salienta e parabeniza o atual executivo pelo trabalho efetuado, mas, está certo, que o executivo trará mais à cidade, e projetará Braga, cada vez mais, como cidade de presente e futuro!”. Depois, foi a vez do **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA** se pronunciar sobre a matéria ora em discussão, tendo, para o efeito, salientado que gostaria de começar por dizer que foi porque o PS

não pensou no futuro, que ao longo de trinta e sete anos conseguiram afirmar Braga, como a terceira cidade do País e ter as bases suficientes, para que Braga continuasse a desenvolver-se e a ser atrativa. Portanto, não era, rigorosamente, verdade, aquilo que foi, ali, dito. Eram, apenas, remoques de quem não tinha mais nada para dizer e se estava sempre a vingar no passado. Depois, dizer que queria saudar uma munícipe que, também, era eleita e desempenhava funções na Oposição, naturalmente, no órgão Câmara Municipal, que, hoje, fez o seu doutoramento e foi aprovada com distinção. Tratava-se da Vereadora Liliana Pereira, que, efetivamente, enriquecia aquilo que devia ser a prestação de cada um dos cidadãos Bracarenses. E isso era, também, o relatório que gostaria, ali, de levar. Também gostaria de dizer que em outubro, aquela Vereação que desempenhava funções executivas, renovou o seu mandato e viu-o ampliado. Reconheciam isso, naturalmente, porque eram democratas. Mas, também, perceberam, que foi à custa de um estado de graça muito ampliado, que durante quatro anos, Ricardo Rio e o seu Executivo, conseguiu, através de uma estratégia bem pensada e bem comunicada, através dos órgãos de comunicação social. Naturalmente, fizeram obra, porque, também, muito mau seria se não tivessem feito obra. E, dentre elas, queria, ali, registar, aquilo que foram os orçamentos participativos, um exemplo de cidadania e de participação pública. Foi pena que, entretanto, esses processos tinham que ser renovados, tinham que ser rejuvenescidos, para que, efetivamente, continuassem a desempenhar o seu papel. Uma palavra, para aquilo que também entendiam que tinha a ver com o estatuto da Oposição. Uma Câmara Municipal, o seu Executivo só podia ser forte se tivesse, também, uma Oposição forte, bem informada e com condições para trabalhar. Oposição e Governo eram a mesma coisa, eram o mesmo órgão, que ajudava a desenvolver o Município. E não foi muito agradável verificar que nesta

recente abertura da InvestBraga, que era um espaço que estava a ser requalificado, que iria ser um espaço de extrema importância, para o Município de Braga, que iria ser de extrema importância, como âncora para o desenvolvimento não só do concelho, como da região e do país, que, efetivamente, os Vereadores da oposição, só tivesse sido convidado o Miguel Jorge Corais. Esqueceram-se, naturalmente, dos outros Vereadores e eles tinham nome. E, sinal disso, também, era a existência, ainda, de nos gabinetes, que existiam no GNRation, estarem lá os nomes dos antigos Vereadores. Ainda não foram substituídos. E, realmente, não diria que isso era indigno, só dizia era que, efetivamente, não se dignificava aquilo que era o papel da Oposição. À Oposição deveriam ser dados mais meios, para que pudesse mais informada e mais esclarecida, tornar um Executivo mais transparente, mais operacional e mais promotora do desenvolvimento do concelho e Braga. Por isso, fazia, ali, um apelo, Sr. Presidente, que aos Vereadores da Oposição, sem distinção, fossem dadas condições e que não fossem exilados para o GNRation, que pudessem estar onde estava o resto dos serviços, para que toda a informação pudesse fluir com mais intensidade e com mais qualidade e com mais quantidade. Só assim se dignificava o trabalho de quem o fazia. Sabia, que poderiam dizer, que no passado era a mesma coisa. Mas, aquilo que tinha criticado no passado, não o devia fazer agora. Porquê? Porque se no passado o Partido Socialista não estava bem, estavam na construção da democracia, agora, que estavam num patamar completamente diferente, não podia o Município de Braga, ter o mesmo tipo de atitude. E o mesmo se referia, também, aquilo que eram as condições de trabalho da Assembleia Municipal, que devia ser dignificada. Aquele espaço excelente esteve esquecido e andaram por sítios sem condições nenhuma, sem dignidade. Só conseguiam ser fortes, só conseguiam ser exemplares, se

dignificassem. E essa era a primeira questão que gostaria, ali, de levar. Outra, tinha a ver com o facto do estado de graça, que esqueceu bandeiras, bandeiras muito importantes. Iria recapitular, já tinham sido, ali, ditas, e iria referenciá-las, novamente. O Parque Eco ambiental das Sete Fontes, rigorosamente nada foi feito naqueles quatro anos. E essa era uma aposta importante, uma bandeira que ajudou a cativar e que levou os Bracarenses a votarem na Coligação. Uma outra bandeira foi a Fábrica Confiança, que juntou todos os partidos em redor do mesmo projeto, onde houve projetos oriundos de vários pensadores, de vários projetistas, um conjunto de ideias que, efetivamente, ficou parado. Não iria discutir qual o destino que o Sr. Presidente poderia vir a dar, ou não, a verdade era que ali de forma uníssona, acabaram por estar de acordo, para que, logo que houvesse disponibilidade financeira e parecia que, agora, com aquilo que poderia ser a transferência de verbas para as Comunidades Intermunicipais, se calhar, a Confiança iria ter um futuro risonho, como todos queriam. Mas não podiam abandonar a ideia, nem a podiam levar, ali, de vez em quando. Depois, para além daquelas bandeiras, havia algo que foi esquecido e que tinha que ser resolvido, tinha que estar na agenda. Estava a falar da questão do resgate da SGEB, que os pôs todos de acordo, que, agora, em que as condições financeiras eram melhores, o dinheiro estava mais barato, esse resgate tornava-se indispensável. Também a questão do contrato de gestão delegada na AGERE, que tanta importância teve, em determinada altura do mandato anterior, e que decorridos quase quatro anos, já nem se ouvia falar. E, portanto, a água era uma questão fundamental, para a vida e era fundamental, para todos os Bracarenses. Deveriam estar todos atentos e tentar para essa questão, também criar uma política em que todos pudessem estar de acordo. Hoje, começavam os municípios, em quase todo o mundo, a reverter aquela situação. Desde Buenos Aires a Paris,

que, efetivamente, as águas passavam a ser, outra vez, da propriedade dos municípios ou de quem fazia a gestão pública desse bem. E, portanto, eram questões que tinham que abordar. Outra questão que, também, foi bandeira e que estava em trânsito, ma começavam a perceber, como, ali, já foi dito, hoje, por alguém que foi, ali, do público, era a questão do estacionamento à superfície. Não diria que o Partido Socialista esteve bem, quando apresentou aquela proposta. Mas, tinha alguns objetivos que, hoje, começavam a ser reclamados. A questão da rotação, a questão dos moradores do centro Histórico, a questão do comércio do Centro Histórico. Tudo isso era muito importante e tinha que ser refletido. E tinha que ser assumido, de uma vez por todas, para que todos pudessem perceber o que, efetivamente, queriam. Porque, como dizia, andava muita gente, também, a não perceber, exatamente, o que devia ou não devia fazer, relativamente a essa matéria. E todos percebiam que na maior parte dos municípios europeus, efetivamente, a questão do estacionamento à superfície, a rotação do mesmo e a utilização desse tipo de serviço indispensável na vida das cidades, tinha que ser, efetivamente, bem pensado e bem refletido naquela que devia ser a ação do Município. Diria que o turismo era um desígnio nacional e era, também, o objetivo municipal. Aliás, o Município de Braga tinha-se referido a esse aspeto, por muitas questões. Era, efetivamente, fator de expansão económica, era um fator de desenvolvimento, mas não bastava ter uma Semana Santa bem organizada, não bastava ter um São João, não bastava ter uma Braga Romana, Noite Branca e outras atividades, muitas das quais vinham do passado e que, hoje, continuavam, se calhar mais ilustradas com números, se calhar mais ilustradas com algumas fotos, se calhar mais bem propagandeadas. Ainda bem que assim era. Mas, os turistas, quando vinham a Braga, não ficavam satisfeitos com o estado do espaço público. Era caldeiras sem árvores; era uma varredura e

limpeza das ruas inexistente; era uma iluminação pública que não correspondia às necessidades; havia espaços centrais que eram stands de vendas e deviam estar tratados. Portanto, um conjunto de situações, que os Bracarenses sentiam todos os dias. Para não falar, naturalmente, na reparação de pisos e passeios, que, efetivamente, eram uma necessidade e que aquele Relatório os esqueceu. E, portanto, o turismo vivia disso, também. Eram os ladrilhos a cair dos túneis; eram um conjunto de barreiras arquitetônicas, que, apesar das aprovações, e, ainda, recentemente, houve uma na Câmara, não passavam, exatamente, da palavra e não foram refletidas naquele Relatório. Muito mais haveria para dizer e, naturalmente, todos estavam conscientes dessa problemática. E muitas vezes era, ali, apresentada, sob a proposta de moções, recomendações para que, efetivamente, todos pudessem pegar nessas questões e levá-las à sua resolução. Outra questão que, também, foi e que estava refletida no Relatório de Atividades, mas que não conseguiu atingir os seus objetivos, tinha a ver com a questão do trânsito, da mobilidade, das acessibilidades, transportes. Era uma situação que não se concretizou naquilo que eram expectativas. E aquela análise do Relatório de dois mil e dezassete, era por si, também, uma análise daquele mandato. Reparassem que uma oferta de uma mobilidade mais suave, com uma rede de uma malha ciclável, com a mudança do paradigma da deslocação interna na cidade, foi para discussão pública acerca de três meses e não se sabia nada disso. O que sabiam era que a proposta não oferecia segurança. E, portanto, deviam refletir, também, nessa matéria. Mas nada foi feito. Como, ali, já foi dito, uma proposta de setenta quilómetros de vias pedonais e cicláveis, foram feitos quatrocentos e trinta e seis metros. E esse quatrocentos e trinta e seis metros estavam bem feitos e que pudesse servir de exemplo, para que a vontade se sobrepusesse só à boa vontade em propagandear essas questões. Depois, tinham

um sistema de transportes, que favorecia o aparecimento de trânsito automóvel na cidade. Era um transporte, que não oferecia condições, não só para quem o utilizava, mas, também, para o turista, que não se via agradado com aquele tipo de transporte. Há pouco tempo veio um relatório sobre a questão dos transportes públicos da cidade e a cidade de Braga, também, era referida. E, naturalmente, o que as pessoas diziam era que não usavam o transporte, porque ele não se ajustava às suas necessidades. Não tinha a comodidade necessária. Hoje, era normal, que nos dias de chuva, as pessoas apanhassem um banho. Os autocarros não eram limpos. E os autocarros, para um tema que iria abordar a seguir, sob o ponto de vista ambiental, eram dos maiores poluidores, apesar das promessas de se construir um ambiente mais sustentável. Estavam naquilo que lhe parecia um bloqueio ao desenvolvimento da cidade. Todos sabiam que a atratividade de uma cidade, também, tinha a ver muito com a fluidez do seu trânsito. E o que viram foi que nestes quatro anos, nada foi feito, relativamente à resolução de alguns nós, que estrangiam o trânsito, faziam perder a cabeça aos Bracarenses e afastavam, muitas vezes, quem nos queria visitar, concorrendo, também, para a poluição da cidade. A resolução de problemas de tráfego tinha que ser uma obra do dia-a-dia. Não podia ser só a conservação e manutenção. Tinha que ser, também, a resolução de alguns nós. A ligação entre a rua Dom Pedro Quinto e a rua Nova de Santa Cruz, nem sequer sabiam, apesar de ter sido encomendada aos transportes urbanos, qual era a proposta que aparecia. Existia, ali, uma espécie, não diria de incompetência, mas de incompetência para lhes fazer perceber qual era a melhor solução, de apresentar a melhor solução. E, isso, poderia, naturalmente, ser alvo de participação, exatamente, como faziam com os orçamentos participativos. Esse era um aspeto que importava, ali, levar. Depois, como foi referido, havia outros pontos que tinham que ser resolvidos, porque o

tráfego automóvel era cada vez maior. Todos estavam de acordo que importava diminuí-lo, por uma questão de saúde, mas, também, por uma questão de economia, por uma questão de utilização de meios mais amigos do ambiente. Portanto, ficava, também, essa questão. Depois, para o turista, a regeneração urbana, também, era importante. A defesa do património, a musealização e a recuperação dos locais arqueológicos, como aqueles que foram, ali, referidos. Naturalmente, muito bem defendidos no passado e que, agora, tinham que ser muito bem intervencionados. E, portanto, isto era um projeto, a construção da cidade foi uma coisa que começou há mais de dois mil anos, que continuava com a gestão do senhor Presidente da Câmara de agora, mas que devia parar. Porque parar era fazer retrair aquilo que era o desenvolvimento. E, naquela questão, deixassem-no só referir alguns aspetos. A regeneração urbana, que de tão apregoada, as pessoas constatavam, praticamente, nada existir, em termos de regeneração. Aliás, já foi, ali, dito que o próprio interior da cidade do casco urbano mais antigo estava a ficar desertificado e essa regeneração tinham que a fazer. Trazer gente a habitar o centro da cidade. Só assim a cidade se tornava importante. Só assim a cidade se podia desenvolver. E só por aí interessava fazer a regeneração. Para não falar, também, nos bairros sociais, que importava, efetivamente, passar das palavras aos atos, agora, que estavam disponibilizadas as respetivas verbas, para o efeito. Sabiam que no passado o IRU dava uma para trás, outra para a frente, tinha medo de apostar, apostavam nas cidades de Lisboa e Porto e o resto era um bocado paisagem. Esperavam que se conseguisse com exigência ter as verbas necessárias, para o efeito. Passando, rapidamente, à questão da cultura, importava recordar que a cidade e o concelho de Braga tinham uma disponibilidade financeira que era muito pouco executada e que era inferior a qualquer uma das outras três cidades do quadrilátero urbano,

nomeadamente, Barcelos, Famalicão e Guimarães. Tinham que reverter isso. E tinham que reverter com alguns projetos que, depois de tão falados, nunca eram iniciados. Alguns já foram, ali, referidos, mas importava, porque isso, também, importava ao turismo. Continuando na questão da educação, registava-se, naturalmente, alguns avanços, nomeadamente, nalguns apoios socioeducativos, mas não chegava. As questões sociais tinham que abarcar, também, os alunos com necessidades educativas especiais. Tinha a ver com a contratação de pessoal não docente, para apoiar políticas de apoio a esse tipo de alunos. Recordava, ali, aquilo que era uma exigência municipal, a questão dos alunos autistas e das várias unidades que não disponibilizavam aquilo que era importante. Também, registando com agrado, o apoio que se dava ao serviço de refeições, para crianças desfavorecidas nas interrupções letivas e nas férias, a verdade era que era preciso fazer mais, disponibilizar ATL, para as crianças que precisavam quer nas interrupções letivas, quer nas férias de verão. E um outro paradigma que importava que a Câmara começasse a pensar e que outros municípios já pensaram, que era a questão das creches. Havia municípios que estava a avançar para essa questão, porque só se conseguia reverter aquela natalidade que os oprimia e deprimia, se se favorecesse as questões de natalidade. Não via políticas nenhuma realizadas, relativamente àquela matéria. E a existência de creches, a existência de um tecido empresarial, que dignificasse e pagasse justamente aos trabalhadores, eram alguns dos aspetos que poderiam concorrer, para que Braga se continuasse a desenvolver. E, portanto, muitas mais coisas poderiam ser ditas e iria passar a um tema, para terminar, que era o seguinte: as Juntas de Freguesia eram um pilar importante, para o desenvolvimento do concelho de Braga. Foi assim há quarenta e dois anos e achava que deveria continuar, agora. Não ajudou mesmo nada, ter, o ano passado, o gabinete de apoio às freguesias,

sido desmantelado. O Senhor Presidente da Câmara assumiu esse pelouro, porque verificou, que aquilo que dizia antes de dois mil e treze, que seria de dar maior dignidade, maior intervenção social à Juntas de Freguesia, se estava a perder. Esperava que tivesse bons resultados nisso, porque se Braga, hoje, era o que era, devia-o à ação das Juntas de Freguesia, independentemente da sua coloração político partidária. Todas elas, sem olhar para partidos, trabalharam no desenvolvimento das suas freguesias. E, hoje, o desenvolvimento das freguesias, que fosse a mais rural, ou a mais urbana, tinham um desenvolvimento, praticamente igual, àquele que tinha o centro da cidade, com estruturas e infraestruturas de vários níveis. Gostava de dizer que, tradicionalmente, o Partido Socialista, reconhecia aos seus autarcas de freguesia, a capacidade de votar favoravelmente, ou não, o Relatório de Atividades e as Contas da Câmara Municipal. Assim seria. Era um voto livre, que assumia o compromisso, que respeitavam e queriam que fosse respeitado. As Juntas de Freguesia tinham uma relação diferente com a Câmara Municipal de Braga. E, respeitando esse tipo de relação, havia, sempre, essa liberdade de voto. Mas, ficava, no entanto, Senhor Presidente, um pedido, que era algo que, também, começou a falhar, os acordos de execução começaram muitíssimo bem, houve uma interpretação correta do Decreto-Lei setenta e cinco, dois mil e treze e, portanto, isso correu muito bem. Mas, a partir daí, aquilo que seria uma exigência, uma ambição de transmitir, de passar, para as Juntas de Freguesia algum conjunto de competências, efetivamente, não aconteceu. E, recordava, ali, a varredura municipal, que tão mal andava, poderia ser uma transferência. A limpeza das áreas de equipamento que, por vezes, tão mau exemplo dava, aos privados, que apontavam, muitas vezes, a Câmara, como exemplo de falta de limpeza, a ser desenvolvido pelas Juntas, seria um bom exemplo. Parecia, que isso iria integrar, agora, os novos

acordos de execução. E, também, os parques infantis, uma área lúdica onde, praticamente, a Câmara pouco investiu, poderia ser um assunto, para passar, para as Juntas de Freguesia. Essa exigência tinha que ser transversal, tinha que passar para quem fazia render melhor o dinheiro. Tudo aquilo que pudesse ser delegado nas Juntas de Freguesia, devia sê-lo. Foi assim, que o Senhor Presidente da Câmara o afirmou no passado, mas queriam que fosse assim no futuro. Para terminar, dizer que a execução do PPI, demonstrava o desinvestimento, que a Câmara teve, relativamente a um conjunto de obras. E, a estafada desculpa, de que no passado, foi deixada uma grande dívida e que, hoje, esta Câmara, ostentava como grande insígnia, aquilo que era o pagamento da dívida, também, lhes devia dizer, que essa desculpa, ou essa verdade, ou esse dito, tinha a ver, se calhar, com a falta de investimento, que o Município deveria fazer. Ou seja, deveria pagar a dívida, mas não poderia deixar de desinvestir, naquilo que deveria ser a ação social do Município. Para terminar e porque falou em ação social, dizer que a intervenção social do Município, que perdeu muito com aquela revisão da rede social de Braga e, nomeadamente, com os agrupamentos interfreguesias. Nunca mais funcionou. Mexeu-se nisso, há alguns anos e perdeu-se toda a capacidade de intervenção, baseada num diagnóstico feito por um conjunto de estruturas sediadas nas freguesias. Era bom que se apanhasse, novamente, essa aposta, uma aposta que vinha do passado, porque do passado vieram as infraestruturas desportivas, que, hoje, davam corpo a uma cidade europeia do desporto. Se assim não fosse, e Braga, hoje, como era há quinze e há vinte anos, um Município com mais metros quadrados de área desportiva por habitante, não poderia aquilo que, hoje, estava a fazer, e bem, que era um conjunto de provas, que era um conjunto de atividades desportivas que, naturalmente, relevavam e valorizavam o nome de Braga. A palavra foi dada ao

Sr. Deputado do P.S.D., HUGO ALEXANDRE LOPES SOARES, para, inicialmente, saudar o Sr. Deputado João Nogueira e começava por lhe dizer que, de facto, aquele discurso, demasiadas vezes antagónico, de que no passado estava tudo mal e, agora, estava tudo bem, era um discurso que fazia sentido no combate político, mas que não era um discurso que tinha respaldo na realidade. Não valia a pena. Sabiam que a cidade que, hoje, estavam a construir, estavam a construir do muito que foi bem feito, também, no passado, como o discurso do Deputado João Nogueira demonstrou à sociedade, quão diferente era a avaliação que ele fez do Relatório de Atividades do que foi a intervenção no período de antes da ordem do dia, do Partido Socialista. Quem os ouvisse, os dois Deputados do Partido Socialista, pensariam que os dois estariam a falar de uma cidade bem diferente. Aquela que na intervenção inicial, ali, no período de antes da ordem do dia, fizeram como declaração política, e aquela que, agora, fizeram com mais respaldo, na realidade e nos problemas do quotidiano dos Bracarenses. E diria, até, que bom era ouvir o Deputado João Nogueira gastar largo tempo do seu tempo, falando dos problemas do direito da Oposição. Que tinha razão, chamando à colação a necessidade de mudar os nomes nas portas dos gabinetes dos Vereadores do Partido Socialista. E sobre isso se debruçou e sobre isso falou. Da necessidade de encontrar melhores condições, para que o Partido Socialista pudesse fazer oposição. Estavam de acordo. Era do tempo em que o gabinete dos Vereadores da Oposição, na Câmara Municipal de Braga, primeiro não existia e, depois, era numa salinha com biombos à volta dos restantes dirigentes do Partido Socialista. E, ali, estavam a receber as pessoas, muitas vezes a pedir para falarem baixinho, para que os dirigentes do Partido Socialistas, que estavam mesmo ao lado do biombo, não ouvissem aquilo que eram as críticas que os munícipes tinham para fazer, ou a ajuda que queriam

pedir aos Vereadores do Partido Social Democrata. “É tão bom, João, deixe-me trata-lo assim, poder ouvi-lo, nesta Assembleia Municipal, reivindicar mais direitos, melhores direitos, para os eleitos da Oposição e fazer desses, um dos problemas da nossa cidade. É sinal, de facto, que o muito que estamos a fazer, é, também, pelo Partido Socialista, reconhecido”. E, não deixava de ser curioso, que, falando do Relatório de Atividades, o principal partido da Oposição, que mais cedo, ou mais tarde, esperava o PSD, que mais tarde, e o PS, que mais cedo, viessem a voltar a ser poder em Braga, não se esquecessem de ir, ali, reivindicar que aquela Câmara Municipal conseguisse corrigir os dislates do passado. Era, para eles motivo, por um lado, de regozijo, porque significava que o caminho que quiseram dar aos Bracarenses, na primeira eleição em dois mil e treze, era o caminho certo, que era, precisamente o caminho de primeiro corrigir os desmandos e, entre eles ouvi-los pedir para tratarem da SGEB. O pai da SGEB, queria a SGEB morta. Pedir que tratassem do Contrato da Gestão Delegada da AGERE. Aqueles que não o fizeram no passado, a exigir que o fizessem, agora. Pedir que corrigissem a ligação entre a rua Dom Pedro Quinto e a rua Nova de Santa Cruz. Como era importante corrigir aquilo que, de facto, no passado se fez. Mas, o Deputado João Nogueira tinha razão, esta Câmara Municipal devia, também, priorizar aquilo que não estava feito e aquilo que foram e, também, era verdade, bandeiras eleitorais. E assim tinha sido e o Deputado João Nogueira, também, teve a hombridade de o reconhecer, ao longo dos últimos quatro anos. E, sem lhes gastar muito tempo, dizer que olhar para o Relatório de Atividades, que estava, agora, em discussão e votação, não poderiam deixar de fazer, também, como foi dito pelo Partido Socialista, sem olhar para aquele que era o Relatório do último ano do mandato anterior. E, a primeira palavra do Grupo Municipal do PSD, ia para o facto de ninguém ter apontado nada de

eleitoralismo ao Relatório de Atividades, que era o Relatório de Atividades de um ano eleitoral. E, isso, devia encher a sua bancada, a Câmara Municipal e, sobretudo, os mais jovens de muito orgulho. Era, de facto, uma Câmara Municipal, que não olhou ao ano eleitoral e pensou, sempre, na recuperação financeira das contas da Câmara Municipal, a olhar para o futuro das novas gerações. À espera do Quadro Comunitário para poder lançar obras, como aquelas que, hoje, estavam no terreno e foram lançadas em dois mil e dezassete, como a requalificação do Mercado, o Fórum Braga, mas que não deixou as questões imateriais, tão importantes, hoje, para a gestão do poder local de fora. Era tão bom poder ouvir o Partido Socialista fazer uma intervenção na Assembleia Municipal e apontar uma ou outra falha à questão dos apoios sociais, mas não fazer disso uma bandeira, porque, de facto, o Partido Socialista sabia e reconheceria que, do ponto de vista da ação social, aquela uma Câmara Municipal inovadora no País. Era tão bom ouvir o Partido Socialista, foram várias as autarquias a replicar os programas daquela Câmara Municipal. Mais do que isso, como era bom não ouvirem falar da programação do Teatro Circo, ou dizer que as salas e espetáculo da nossa cidade estavam vazias, porque estavam ao contrário, completamente repletas espetáculo, após espetáculo. E o Partido Socialista que, três por cento de orçamento para a cultura, ir, ali, reivindicar, mais espaço para a cultura, como, de facto, reivindicava, também, a população e, por isso, também, a Câmara Municipal ouviu, corrigiu e tratou de, nas melhores condições possíveis, adquirir o São Geraldo. Era bom ouvir falar de desporto. Não os ouvir atacar a política de juventude. Nem uma palavra do Partido Socialista, para a criação de emprego, para a criação de riqueza, para a captação de investimento, que, fundo, era o que levava melhor qualidade de vida aos concidadãos. Porquê? Porque sabiam que, também, aí, aquele Relatório de

*Atividades espelhava aquilo que de melhor se fazia na região Norte e no País, em termos de poder local. “O Senhor Presidente de Junta não tem que se preocupar, porque o Deputado João Nogueira já disse que tem liberdade de voto. Escusa de estar com os constantes apartes, porque, em primeiro lugar, não me inibe; em segundo lugar, é música para os meus ouvidos e, em terceiro lugar, depois vai me dar muito gozo vê-lo votar favoravelmente este Relatório de Atividades”. Por último e, agora, sim, a terminar, queria dizer à Câmara Municipal, queria dizer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que era verdade muito do que, ali, foi dito. Estavam, hoje, com o plano de salvaguarda completo das Sete Fontes, mas tinham que olhar para o Parque Eco Monumental das Sete Fontes e fazer, ali, um verdadeiro parque da cidade, bem sabendo dos constrangimentos que vinham do passado. Era necessário olhar para os pontos críticos do trânsito da cidade, corrigi-los e pensar a cidade mais à frente e encontrar alternativas, para o futuro próximo. “Mas, Senhor Presidente da Câmara Municipal, deixe-me que lhe diga com total franqueza e, assim, terminava, mesmo, se não houvesse mesmo mais nada para fazer, como é que iríamos reforçar a nossa maioria em dois mil e vinte e um?”. Registou-se a intervenção do **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, para prestar alguns esclarecimentos. Como todos os presentes compreenderiam, não era utente regular do gabinete de atendimento dos Vereadores da Oposição, não precisava de lhes pedir muitos esclarecimentos, mas a verdade era que tinha pessoas que trabalhavam, diariamente, no edifício do GNRation e que aí circulavam por todos os seus espaços, que, posteriormente à reunião de Câmara de hoje, onde essa questão, que agora foi levantada pelo Deputado Municipal, João Nogueira, também, já tinha sido levantada, lhe puderam atestar aquilo que, também, para si era uma grande surpresa, era que volvidos vários meses do*

início deste mandato, os nomes dos Vereadores da Oposição não estivessem corretos no gabinete. “E, portanto, se eles forem com tanta frequência ao gabinete, como colocam questões sem propósito, nas reuniões do Executivo, naturalmente, já teriam constatado, que os nomes estão há muito corrigidos”. A Dr.^a. Rosalina, agora, mesmo, acabou de confirmar. A Dr.^a. Raquel Nair, administradora do GNRation, também, já lhe tinha confirmado. Ficavam quarta-feira desafiados a lá irem para comprovarem, que era o que já poderiam ter verificado há várias semanas. A segunda questão, ali, colocada, quanto à postura relativamente aos Vereadores da Oposição, convinha, também, clarificar que não havia, obviamente, nenhuma comparação possível com aquilo que se passou no passado e que ele próprio, o Vereador, na altura, Serafim Rebelo, ou a Vereadora Filomena Bordalo, tiveram que passar, enquanto Vereadores da Oposição, sem qualquer tipo de condição, sem qualquer tipo de material, sem qualquer tipo de apoio, por parte do anterior Executivo. Hoje, os Vereadores da Oposição dispunham de instalações perfeitamente condignas, para o exercício da sua função. Dispunham de equipamentos informáticos dotados, naturalmente, de todos os meios para poderem desenvolver a sua função. Melhores, até, que a própria Assembleia Municipal, o que iria ser brevemente corrigido, como já se comprometeu com a Senhora Presidente. E, inclusivamente, de um apoio humano, também, disponível, por parte dos serviços municipais, como nunca existiu no passado. E, portanto, não seria por falta de criação de condições, por parte da maioria do Executivo, que os Vereadores da Oposição não fariam plenamente o seu trabalho. Dito isso, obviamente, que, hoje, estavam a centrar-se na análise do Relatório e Contas do ano dois mil e dezassete, mas esse Relatório e Contas era um Relatório, que traduzia, obviamente, aquilo que foi a realidade dos últimos quatro anos, na medida em que concluía um ciclo político, um ciclo autárquico e

aquilo que foi, também, um período de governo, por parte daquela atual maioria do Executivo Municipal. Achava que naquelas discussões, que acompanhava, como sabiam, há bem mais do que uma década, acabavam sempre por se perderem, naquela lógica um pouco espúria, de assistirem àquilo que estavam de certa forma a assistir, ali, que há pouco, o Deputado Hugo Soares, corrigiu, ligeiramente, que era de quem estava na maioria, parecer estar a vender um cenário, absolutamente, cor-de-rosa, em que tudo foi feito bem e quem estava na oposição, como ali ouviam, sistematicamente, nas várias intervenções que, ali, foram feitas, se resumia a dizer que nada foi feito, que nada foi concretizado, que nada foi investido, que nada foi resolvido, daquilo que se passava na cidade. Obviamente, que nenhuma das duas versões estava correta e não se iria escudar de tudo, naquela abordagem típica de quem estava no poder, de dizer que a qualidade da sua gestão foi legitimada pela recondução nos destinos da Câmara Municipal. Porque, mais importante do que destacar a recondução, era destacar o que não seria fruto da distração dos Bracarenses, que não foram os mesmos, mas mais cinco mil, os Bracarenses que reconheceram o mérito da governação municipal. E, portanto, ao contrário do que acontecia no passado, não foram menos aqueles que reconduziram o Executivo, mas foram bem mais aqueles que validaram a conduta do Executivo Municipal, durante o anterior mandato, inclusivamente, durante o ano de dois mil e dezassete, cujo desempenho estava, ali, a ser avaliado. Dito isso, obviamente que se olhassem para o trabalho que foi desenvolvido, verificavam que houve, de facto, muitas concretizações. Houve concretizações, desde logo, naquilo que foi a capacidade de gestão do Município. Muito gostaria, que cada um dos seus colegas, tivessem todos os anos, disponíveis os catorze milhões de euros, repetia, catorze milhões de euros, que continuavam a pagar, anualmente, relativos ao estádio municipal e à SGEB, para

poder aplicar noutro tipo de investimentos, fossem eles transferências para Juntas de Freguesia, ou obras de iniciativa municipal. Não tinham, infelizmente. Felizmente, nem Barcelos, nem Famalicão, nem Guimarães, tinham nenhuma fatura dessa natureza, para pagar, todos os anos. Se calhar, se a tivessem, não teriam a mesma capacidade de investimento, que tinha, hoje. Mas, ainda assim, a verdade era que a Câmara Municipal conseguiu seguir uma política de extremo rigor na gestão das suas contas com essa capacidade, já muito propalada, de redução do seu endividamento. Reduziu quase sessenta milhões de euros, no conjunto do universo municipal e, quando se falava do universo municipal, era preciso, também, destacar aquilo que foi o aumento de eficiência de cada uma das empresas municipais. Esses tão poluidores e tão degradantes transportes públicos, eram a única empresa de transportes, a nível nacional, que durante os últimos quatro anos, subiu catorze por cento o seu número de passageiros, conseguiu aumentar receitas ao mesmo tempo que estava a reduzir os custos, para os respetivos utentes. A empresa Agere, ali, assim, também, sempre invocada pelos piores motivos, foi uma empresa que concretizou um avultado volume de investimentos, para corrigir patologias do passado, como era o caso, por exemplo, da ETAR de Frossos, que sabiam, que era por si só, um atentado à natureza, que tinha que ser mitigado, não só como esses investimentos que já foram feitos, mas, também, com a redução da carga que ela sofria com a diluição do escoamento do saneamento para uma nova ETAR, que teria que ser construída no futuro próximo e, inclusivamente, com uma política das mais amigas dos cidadãos e, desde logo, dos mais carenciados, das famílias e das instituições, como não havia réplica a nível nacional. E, talvez, por acaso, dos grandes municípios era Braga, e cada vez mais, porque tinham vindo a seguir essa política da redução dos tarifários, dos municípios que tinha não só maiores

condições de eficiência, não só melhor desempenho do ponto de vista da sua empresa do ambiente, mas, também, dos menores custos nos serviços prestados aos cidadãos. Ou, até, da própria Bragahabit, que, apesar das inúmeras dificuldades com que se ia confrontando, era uma empresa que tinha reforçado, substancialmente, aquilo que eram os apoios sociais aos cidadãos, com um apoio ao arrendamento, através do RADA, que foi uma iniciativa meritória do anterior Executivo, mas que, agora, tinha o dobro do investimento, por parte do Município e que, praticamente, eliminou aquilo que eram as listas de espera, para os apoios ao arrendamento, por parte do Município. E, obviamente, que no âmbito do próprio Município, eram múltiplas as iniciativas inovadoras criadas durante o anterior mandato autárquico. Hoje, já um dado adquirido, para a generalidade dos Bracarenses, nos cuidados de saúde oral, naquilo que eram os apoios à vacinação às famílias mais carenciadas, no domínio de várias iniciativas no âmbito da promoção do apoio à educação, do apoio à cultura, do apoio ao desporto, que tinham, também, uma dimensão social muito importante. E esse investimento e essas políticas e essas realizações foram todas elas concretizadas, ao mesmo tempo que se aliviava a carga fiscal sobre os munícipes e sobre as empresas, ao mesmo tempo que se reduzia a dívida do Município e ao mesmo tempo que se mantinha uma relação de sadia e forte colaboração com as Juntas de Freguesia, que através dos acordos de execução, quer através das obras delegadas, que atingiram, durante todo mandato anterior, mais de vinte e cinco milhões de euros de investimento. E, portanto, obviamente, que estavam muito satisfeitos, o Executivo, com o Relatório e com os documentos de Prestação de Contas, ali, hoje, apresentados, não só por esses dados de natureza financeira, e, aliás, com uma razoabilidade e com, uma, diria, lealdade, para com os cidadãos de não adotar aquelas viciadas práticas de excesso de investimento em anos

eleitorais, para tentar captar votos, como, se calhar, muitos autarcas faziam no passado, mas, sobretudo, para trabalhar sempre numa lógica de planeamento integrado para o futuro, sabendo que cada um dos investimentos tinha que ser feito nas melhores condições possíveis com o maior rigor possível, no momento em que tinham recursos para o fazer, sem deixar faturas, para outros pagarem, como, infelizmente, tanto aconteceu no passado. E, assim, aconteceu uma fortíssima dinamização económica do concelho e, registasse-se, não por mérito do Governo, porque se o clima geral podia ser igual para todos, a verdade era que os dados eram inequívocos e na redução do desemprego, na criação de novas empresas, em várias dimensões da atividade económica, era o concelho de Braga aquele que liderava, a nível regional, em muitos casos, a nível nacional, e, obviamente, que isso não era mérito exclusivo do Governo da Nação. Também na cultura, também no ambiente, no desporto, na educação, no património, em tantas e tantas áreas em que, hoje, existia uma política substancialmente diferente, ousaria dizer, também, relativamente ao passado e que iam marcando, naturalmente, o dinamismo que a cidade tinha, para corresponder, continuamente, aos anseios dos Bracarenses, pesasse, embora, bem o sabiam, muito estivesse, ainda, por realizar, muito houvesse, ainda, por fazer. E, também, por isso, ao longo destes meses mais recentes, foram lançados projetos de investimentos infraestruturais, foram lançadas novas iniciativas de carácter imaterial, foram desenvolvidos novos projetos. Intensificou-se aquilo que era a sua ambiciosa candidatura a Capital Europeia da Cultura. Estavam a trabalhar na gestão do espaço público com múltiplas iniciativas, para corresponder, também, às necessidades de conservação da cidade. E, também, aí, permitissem dizer-lhes, muito bom seria que outras entidades tivessem o mesmo nível de compromisso e de responsabilidade, que tinham. Ao longo dos últimos quatro

anos, foram vários milhões investidos na conservação das estradas no nosso concelho. Uns por investimento direto do Município, outros por investimento delegado em Juntas de Freguesia. E, neste momento, hoje, mesmo, na reunião de Câmara Municipal, foi aprovado um acordo quadro, que iria permitir uma intervenção muito mais célere, muito mais expedita, para responder, também, àquilo que já era o levantamento prioritário das necessidades de intervenção em estradas, que estavam sob gestão direta do Município. Ao contrário disso, viam ao lado, imediatamente ao lado das nossas estradas, em profunda degradação, sem qualquer investimento de conservação, sem qualquer intervenção, as estradas que estavam sob gestão da Infraestruturas de Portugal, por causa do subfinanciamento a que estavam condenadas, por parte dos sucessivos governos, e que isso, sim, deveria, também, merecer um fortíssimo repúdio, por parte daquela Assembleia, em representação do interesse dos Bracarenses. Também durante esse período, foram reforçados os mecanismos de participação, já, ali, foi dito, num diálogo contínuo com as instituições, num diálogo com os cidadãos, na abertura à participação aos cidadãos e, inclusivamente, também, com a criação de ferramentas, como aquela que, ali, já foi citada, do orçamento participativo, que dava, a todos os Bracarenses, outro poder para interferirem, diretamente e em contínuo, na gestão municipal e na capacidade de investimento da Autarquia. E, finalmente, permitissem-lhe uma última referencia, porque, para além daquilo que era feito, era importante destacar como era feito. E havia, ali, um valor que para eles, sempre foi muito caro e que teve o cuidado de verificar, que na última Assembleia Municipal, equiparável àquela, há cerca de um ano, ouviram, ali, diria, na altura, os desabafos, quando não as angústias do então Deputado Municipal Artur Feio e da então Deputada Municipal Paula Nogueira, que em oito páginas de ata, dessa Assembleia Municipal, dissertaram sobre

*aquilo que era tão vexatório para o concelho de Braga, ao nível da falta de transparência, ao nível da opacidade da gestão municipal. Na altura, foram múltiplos os objetivos, foram múltiplas as críticas feitas ao executivo Municipal, que delapidou, completamente, esse extraordinário património de transparência do anterior Executivo. E tudo baseado naquilo que era o índice de transparência municipal, uma ferramenta que, curiosamente, neste ano de dois mil e dezoito, colocava Braga no quinquagésimo quinto lugar, a nível nacional, subindo cento e oitenta lugares nessa mesma classificação, tornando-se o segundo concelho do distrito de Braga, com o maior índice de transparência, colocando-se entre os maiores concelhos do país, como terceiro maior concelho, também, em termos de transparência, e com um nível de dados e de classificações em cada um dos patamares desse índice, que atribuíram, Executivo Municipal, exatamente o mesmo valor do que aquele que foi dado o ano. Não deu origem a notícias no facebook, não deu origem a comunicados, porque, efetivamente, estavam perfeitamente de consciência tranquila, sobre aquilo que eram as suas práticas de comunicação e de informação aos cidadãos. Sabiam que não foi num ano que perderam cem lugares, nem foi no outro que ganharam cento e oitenta, bastava fazer bem as contas, analisar bem os dados e se perceberia que tinham reforçado, continuamente, aquilo que era a transparência da gestão municipal. Agora, também, ali, se exigia um bocadinho só de coerência à Oposição, para ver se hoje lhes davam uma menção de louvor, por essa extraordinária subida, naquele ranking, ao contrário daquilo que disseram no ano passado. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com cinquenta e um votos a favor, com cinco abstenções e com dezanove votos contra.** **PONTO NÚMERO TRÊS – ANULAÇÃO DE RECEITA POR COBRAR DIVISÃO FINANCEIRA.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta do*

*Executivo Municipal, aprovada em reunião de dezasseis de abril do ano em curso, relativa à anulação da receita por cobrar, desde o ano de dois mil até dois mil e quinze, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com vinte e seis abstenções e com os restantes votos a favor.** PUNTO NÚMERO QUATRO – PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE BRAGA, COMO MEMBRO EFETIVO, À UCCLA – UNIÃO DAS CIDADES CAPITAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de dezanove de março do ano em curso, referente à adesão do Município de Braga, como membro efetivo, à UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, documentos que se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada por unanimidade.** PUNTO NÚMERO CINCO – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO – OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO NÚMERO DEZANOZE BARRA DOIS MIL E QUATRO, SITA NO PARQUE INDUSTRIAL DE ADAÚFE, FREGUESIA DE ADAÚFE, BRAGA. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a deliberação aprovada pelo Executivo, em reunião de dezasseis de abril do ano em curso, relativa à desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de trezentos e oitenta metros quadrados, sita no Parque Industrial de Adaúfe, freguesia de Adaúfe, concelho de Braga, destinada a espaços verdes, para posterior alienação e, ainda, a alteração de cento e trinta e oito vírgula setenta e dois metros quadrados de área destinada a espaços verdes para passeio. O valor atribuído ao terreno é de dezasseis mil duzentos e vinte euros e trinta e sete cêntimos. Aberta a discussão, usou da*

palavra o Sr. Deputado da C.D.U., JOÃO JORGE FERREIRA BAPTISTA, para destacar que o pedido de alienação de terreno por parte de uma empresa sedeada no parque industrial de Adaúfe, inseria-se numa lógica e prática errada, com mais de quarenta anos. De facto, essa prática de alguns se apropriarem, à revelia da lei, de terreno de domínio público, ou seja, área que o PDM destinava a espaços verdes, para posterior construção ou ampliação de unidades fabris, ou zonas destinadas a armazéns de matérias e mercadorias, denotava, mais uma vez, a fragilidade inspetiva e sancionatória dos nossos serviços de fiscalização camarários. Todos sabiam, como funciona o sistema, assim com das suas fragilidades, ou seja, primeiro tomava-se posse do bem público, depois construía-se e depois, ao arrepio da Lei, e passado uns bons pares de anos, metia-se um requerimento ou pedido de alienação de terreno, que a nossa Câmara, ao abrigo dos seus serviços técnicos fazia diligentemente a avaliação da parcela de terreno apropriada indevidamente, e com o compromisso do requerente pagar o valor entendido como o valor atual e real do mesmo e aceitar as condições propostas, e passava a citar “de execução do passeio à face da via municipal confrontante com o terreno.” Sabiam que iriam alegar que, ou se aprovava a desafetação do terreno, ou os postos de trabalho poderiam estar em causa,ou que corriam o risco de a empresa se “deslocalizar” para um qualquer concelho vizinho, termo este (deslocalizar) muito em voga há uns anos atrás, no setor têxtil, componentes automóveis, etc...para justificar muita coisa... Entendiam que a Câmara Municipal de Braga, deveria ter os seus serviços de Fiscalização a atuar no terreno, a atuar preventivamente e de uma vez por todas acabar com este filme que se repetia ano após ano, mandato, após mandato. Entendiam que deveria existir uma Divisão de Fiscalização de Obras, com os meios reforçados, mais recursos humanos e materiais, para poderem desempenhar bem o seu papel

*fiscalizador e de uma forma que dignificasse o serviço público, que dignificasse a Autarquia e quem quisesse fazer cumprir a Lei e os regulamentos Municipais, o pudesse fazer em condições. Este tipo de situações, repetidas ao longo dos anos, denotava que o “crime compensa”. Tomou do uso da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para dizer que, de facto, reconheciam que a Câmara tinha vindo a fazer um trabalho de regularizar um conjunto de situações, que vinham, umas, de um passado mais recente, outras, de um passado mais remoto, mas partilhavam do ponto de vista, que aquele tipo de comportamentos tinha que ser desincentivados. Como dizia o Deputado João Baptista, e bem, se assim não fosse, o “crime compensa”, depois, eram confrontados com aquela situação de porem em causa postos de trabalho e tudo o mais e isso era jogado como elemento de pressão, em relação á Assembleia e à Câmara. A própria lei evoluiu no sentido de estimular e favorecer e criar mecanismos de regularização, mas essa não podia ser a regra, sob pena de serem prejudicados, depois no resultado final. Diria mais, sem prejuízo de perceber que os critérios que estavam a ser utilizados, eram critérios que tinham aceitação e cabimento legal, diria que havia valores que tinham que ser corrigidos ao nível das indemnizações, porque, se não, o crime compensava duplamente. Não só se prevaricava, regularizava-se e, ainda, se pagava barato. Porque se comprassem, hoje, um lote infraestruturado em Adaúfe, o preço por metro quadrado andava entre os cem e os cento e vinte euros infraestruturados. Se fosse não infraestruturado, um preço razoável, andaria entre os oitenta e os cem euros. E aquela empresa estava a pagar trinta e um euros por metro quadrado. Por isso, era importante fazerem o que estavam a fazer. Percebiam por que o estavam a fazer. Era legalmente enquadrado o que estava a fazer. Mas aquela prática tinha que ser desincentivada, porque criava uma injustiça e violava as regras da*

concorrência em relação às empresas que também queriam operar e que não progrediam, nem cresciam à custa desses expedientes. Registou-se, ainda, a intervenção do **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para dizer que o Partido Socialista corroborava, naturalmente, o que foi, ali, enunciado pelo Deputado da CDU João Baptista, que foi, praticamente referido pelo Deputado João Granja, que, agora, era reafirmado por João Nogueira. Recordava, ali, ao Senhor Presidente da Câmara e ao Senhor Vereador Miguel Bandeira, uma situação que se passou em dois mil e dezasseis, mais propriamente em fevereiro, quando a pedido de uma Junta de Freguesia, o Senhor Presidente da Câmara, e muito bem, suspendeu a desafetação de um terreno de domínio público, destinado a área verde, porque iria ser vendido ao promotor imobiliário, cerca de cem metros quadrados que tinham sido cedidos no âmbito de uma urbanização. Durante dois anos a Junta de Freguesia de Gualtar e ele próprio, andaram junto dos serviços a tentar normalizar essa situação. A verdade era que os meses se passaram. As reuniões decorreram. O assunto, e, ali, tinha que relevar o Professor Miguel Bandeira, que foi sempre extremamente simpático, no seguimento do que tinha sido a atuação do Senhor Presidente da Câmara, encarregou um técnico para resolver o problema. Foram imensas as vezes que foi à Câmara, foram imensas as vezes que esse técnico foi ao local e a verdade era que esse terreno com cerca de cem metros quadrados, que deveria já estar integrado no domínio público, como área verde, ainda não estava. Isso, realmente, levava a uma questão que nunca quis levantar, mas que aproveitando a boleia daquilo que era uma desafetação, essa, sim, autorizada, que, efetivamente, se normalizasse aquela situação. Que aqueles cem metros quadrados de área verde fossem integrados no domínio público, obrigando o promotor imobiliário a arrelvá-lo e a integrá-lo, para usufruto da

população. Desconfiavam que, quando esse promotor que cedeu esse terreno, o queria comprar seria para viabilizar uma segunda fase. E mais, a Câmara, erradamente, induzida pelo proprietário, alterou um projeto de licenciamento de uma construção particular, devido aos afastamentos necessários. Ou seja, por causa dessa não integração no domínio público, a Câmara julgou aquele terreno, como terreno particular, obrigando a afastamentos dessa casa com custos para o seu proprietário. Portanto, Senhor Presidente, essa situação devia ser normalizada, porque o Senhor soube, e muito bem, suspender a desafetação. Que os técnicos soubessem cumprir aquilo que era uma exigência, também, de todos os Bracarenses e, naquele caso particular, de todos os Gualtarenses. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com quarenta e quatro votos a favor, com vinte e seis abstenções e com dois votos contra.** **PONTO NÚMERO SEIS – CANDIDATURAS AOS INCENTIVOS AO INVESTIMENTO LOCAL: IBERIANA TECHNICAL, LIMITADA, E BYSTEEL FS, S.A.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento do Município de Braga, as propostas aprovadas pelo Executivo na reunião de dezasseis de abril do ano em curso, dos processos relativos às candidaturas apresentadas pela Iberiana Technical, Limitada, e Bysteel FS, S.A., bem como as respetivas propostas de decisão desenvolvidas pela Investbraga, que se dão por reproduzidas e transcritas e vão ser arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. Postas à votação foram as referidas propostas **aprovadas com duas abstenções do B.E.** **PONTO NÚMERO SETE – CONTRATO DE ARRENDAMENTO URBANO PARA FIM NÃO HABITACIONAL E COM PRAZO CERTO – FREGUESIA DE TEBOSA E MUNICÍPIO DE BRAGA.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de dezasseis

de abril do ano em curso, relativa ao contrato de arrendamento urbano para fim não habitacional e com prazo certo, entre a Junta de Freguesia de Tebosa e o Município de Braga, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Neste ponto da ordem de trabalhos, começou por usar da palavra o Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA, para deixar uma nota de que naquela Assembleia estavam a ter a oportunidade de conhecer alguns factos mais difusos da vida pública e política Bracarense. Há um ano, quando o PS, como todos os outros partidos, faziam, construía as suas listas, as suas candidaturas às diferentes freguesias, foi o PS surpreendido, numa freguesia onde tinha grande implantação, vencendo as eleições em dois mil e treze, com cerca de sessenta por cento, tendo a Coligação “Juntos por Braga” obtido cerca de trinta, por uma indisponibilidade dos candidatos do PS, para serem, novamente, candidatos. Na altura, entre algumas conversas difíceis, por essas conversas nem sempre eram fáceis, fazia parte, houve dois eleitos, dois membros do Executivo, que pesarosos e, de alguma forma, incomodados lhes disseram que teria havido um acordo, para que a situação da piscina, que era uma situação difícil e que foi deixada por um Executivo do PS, e que deixava encargos, ao nível das rendas, muito caras para a Junta de Freguesia, mas que teria havido um acordo, para que se construísse uma solução, sobre essa matéria. E houve, de facto, um acordo. Esse acordo resultou na indisponibilidade desses candidatos, para serem candidatos pelo Partido Socialista. Foram-no, como independentes, apoiando a Coligação “Juntos por Braga”. Ficaram, hoje, naquela Assembleia, pelo menos a conhecer o preço do acordo. O acordo custou ao Município de Braga quarenta e oito mil euros por ano, quatro mil euros por mês e ajudou o PSD e a Coligação “Juntos por Braga” a vencer as eleições em Tebosa. Era política, naturalmente. Mas,

quando, ali, há pouco, se falou de transparência, quando, ali, há pouco se falou de parcimónia na utilização dos dinheiros públicos, e, quando, depois, se demonstrou, claro para todos, que o dinheiro público era, também, utilizado para construir posições partidárias e candidaturas partidárias, numa lógica que não servia o espírito da transparência do verdadeiro serviço público, não poderia, naturalmente, o Partido Socialista, não obstaculizando, nunca, à construção daquilo que era uma solução para a freguesia, tendo-se, por isso, absterido, porque a freguesia e os seus problemas, eram também problemas que, como Bracarense, sentiam como seus, mas não poderiam, naturalmente, no plano político, deixar de, ali, colocarem os pratos limpos, aquilo que foi o negócio político feito com o dinheiro de todos nós. Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA, que disse que a hora ia adiantada, mas que havia coisas que não se podiam deixar passar, porque por muito transigentes que fossem, não admitia que, numa matéria como aquela, o seu amigo se estivesse a ver ao espelho. Porque se essa era a prática do Partido Socialista há muitos anos, com o PSD, não. E aquilo que estava sobre a mesa, para ser votado, nem lhes ficava bem, estar a colocar os autarcas, fossem quem fossem, no papel de quem se deixou envolver, ludibriar e envolver nisso. Era pouco sério. Era uma atitude de respeito com as pessoas e estavam a colocá-las numa situação extremamente delicada e muito pouco educada. Queria dizer que não admitiam autoridade moral ao Partido Socialista, para fazer comentários daquela natureza e não os aceitavam. E se isso tinha a ver com uma cultura e com uma prática do passado, que identificavam com o “Mesquitismo”, e havia, ali, muitos exemplos, era só abrir o livro, não admitiam que lhes colocassem aquele tipo de estigmas. Estava uma proposta sobre a mesa, para uma questão difícil. Era que uma freguesia com mil e poucos eleitores,

vendeu património significativo, para ter uma piscina aquecida no concelho, com o beneplácito da Câmara, da vossa Câmara. E, quando tiveram a experiência de Nogueiró, onde tiveram a piscina aquecida e foi preciso desativá-la, porque não havia dinheiro para a manter, houve necessidade de criar uma solução, para manter a piscina em funcionamento. E o programa que levava as crianças à piscina de várias freguesias do nosso concelho, que era assumido como algo de positivo, por todos os Senhores Presidente de Junta, era a construção da solução que, hoje, estava, ali, para ser votada. “Se tem uma solução melhor, coloque-a sobre a mesa. Não venha justificar os seus insucessos autárquicos, com práticas que só a vocês se identificam. Não tentem atirar para cima de outros, aquilo que é a vossa marca de ação política. Não permitiremos que o façam”. Voltou a usar da palavra o Sr. Deputado do P.S., **PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para notar que compreendia o mal-estar do Deputado João Granja, compreendia o título aceso em que, ali, foi reagir. O partido Socialista, na sua voz, foi ali dizer que era um problema difícil, que teve o cunho de ser tratado pelo Partido Socialista e criado pelo Partido Socialista, mas foi ali dizer uma coisa diferente. De facto, as práticas do “Mesquitismo”, como há pouco dizia o Deputado João Nogueira, se elas existiam, hoje, infelizmente, em muitas matérias, eram replicadas. E aquela era uma matéria onde era, manifestamente, claro, sendo um programa bom, sendo um programa sadio, sendo um programa que fazia falta, sendo um programa que reconheciam como válido, a forma como foi feito, porque se existia um problema, a Câmara podia ter assumido a gestão da piscina e não precisava de o ter feito daquela forma, aquela forma foi um acordo e uma troca político partidária na véspera das eleições. E podiam escamotear o combate político, por dizer que não era bonito, mas a verdade era que, quando falavam verdade, sabiam que a verdade, normalmente, doía, como punhos e

aquele processo, podendo não ser elegante, traduzia, apenas e só, a verdade dos factos, que aquele caso encerrava. Interveio, novamente, o Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA, para realçar que havia uma pequena diferença. Em primeiro lugar, não aceitavam difamações. E, por isso, foi, ali, usar da palavra. “Não difama quem quer. Difama quem pode. E isso nós não aceitamos, porque se dizem coisas dessa natureza, têm que o provar. Porque acusações políticas, é política. Acusações têm que ser provadas. Por isso, não brinquemos com coisas sérias, porque isso mexe com a honra das pessoas”. Em segundo lugar, o Partido Socialista, para o caso de não ter percebido, perdeu e, agora, perdeu por mais, as eleições. Por isso, quem tinha que construir as soluções para os problemas que tinham deixado, infelizmente, tinham que ser eles. Tinham um sítio certo, para apresentar uma alternativa, a Câmara Municipal. Os Vereadores que lá estavam, deviam ter produzido alternativa. Qual foi a alternativa que puseram sobre a mesa em relação àquela matéria? Reproduzia, zero. Zero alternativa. Vinham falar grosso para a Assembleia e os Vereadores estiveram mudos sobre a matéria. Também não fazia sentido, porque se o Partido Socialista estava tão indignado, tinha voz para produzir alternativa. E produziu alternativa? Criou um outro modelo? Era que o problema era fácil dizer que quando havia uma aberração para resolver, a Câmara puxasse para os seus braços esse problema. Era o vosso ponto de vista. Naturalmente, o ponto de vista da Câmara foi resolver o problema da forma que achou adequado. E o que estava a ser feito e o que estava a ser aproveitado no concelho, era reconhecido como uma iniciativa de mérito, por todos os Senhores Presidentes de Junta que teve oportunidade de ouvir sobre aquela matéria e achavam que era positivo. Agora, partir do momento em que tiveram alternativa, no sítio certo, que era a Câmara, não tinham o direito de ir fazer aquele tipo de comentários, só porque

lhes sabia a amargo terem perdido uma grande dose de autarcas nas últimas eleições. Mas, isso não lhes dava o direito de irem difamar as pessoas ou confundir difamação com ação política. Isso não permitiam. A palavra foi dada ao Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA, para pedir um esclarecimento, referindo que não conseguia perceber como a Câmara fazia um contrato de arrendamento com uma Junta de Freguesia. A Câmara tinha uma piscina cedida ao Braga e as pessoas pagavam o serviço ao Braga e até tinham que se tornar associados do Braga. E, agora, ia arrendar uma piscina, eventualmente, para prestar serviço aos fregueses onde se encontrava situada. Não percebiam qual era a motivação da Câmara. Se a Câmara precisava de prestar serviços a alguém com essa piscina, porque era que a freguesia não os prestava e a Câmara pagava os serviços. Achava que era muito mais claro e muito mais transparente. Não sabia porque não faziam isso. A palavra foi concedida ao SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, para dizer que a primeira pergunta que, obviamente, tinha uma resposta clara e inequívoca. Porque era que a Câmara Municipal estava a alugar aquela piscina? Porque de há um ou dois anos a esta parte começou a desenvolver um programa que todos reconheciam como meritório, que envolvia todas as crianças do primeiro ciclo, que se chamava “Os piratas vão à piscina”. Era um programa que tinha que ser feito no horário letivo, que necessitava de um equipamento com grande disponibilidade, em termos de horários, para poder abarcar todas as escolas do concelho, para as quais a Câmara Municipal, também, assegurava transporte e que tinha mobilizado, ao longo dos anos, alguns milhares de alunos de toda a cidade e de todo o concelho de Braga. As piscinas municipais, a da Rodovia e a de Maximinos, reunindo as condições físicas, para poder acolher esse programa,

não reuniam, obviamente, condições temporais, quer no período de cedência ao Sporting Clube de Braga, quer nos períodos de promoção de atividades a expensas próprias do Município, porque eram, também, alguns largos milhares os utilizadores que ocupavam, em contínuo, essas mesmas piscinas. Portanto, a Câmara Municipal necessitava de um outro equipamento, para desenvolver esse programa. Entenderam, porque já desde raiz que assim acontecia, que a piscina de Tebosa era uma excelente solução, para esse efeito e, naturalmente que, entenderam, também, que numa lógica de relacionamento claro entre as partes, deveriam não estar a fazer o pagamento dum serviço, como agora era sugerido pelo Deputado Municipal, mas sim um aluguer dum espaço que passava a ser gerido pela Câmara Municipal, para este programa e para outras cedências que pudessem concretizar no domínio da sua atividade. Não ouviu, ali, ninguém dizer qual seria o valor justo desse mesmo aluguer. Aparentemente, parecia-lhe que os valores que estavam a ser cobrados pela Junta de Freguesia de Tebosa, eram valores perfeitamente justos, dentro duma lógica de mercado, que a Câmara Municipal tinha que respeitar, para salvaguardar os interesses de todas as partes. E, portanto, se havia interesse público na promoção do programa. Se havia clareza nos procedimentos de negociação e na ocupação do espaço, não via por que questionar essa operação. E se não via por que questionar essa operação, achava, verdadeiramente, lamentável o número, ali, qua assistiram da parte do Deputado Pedro Sousa. “Porque a verdade, é que nem é, caro Deputado João Granja, uma lógica de enxovalho ou de difamação, porque bem o sabemos, de acordo com os padrões do Partido Socialista, comprar autarcas, chantageá-los e condicioná-los na sua ação, era algo que era apanágio da anterior gestão municipal e, portanto, seria alvo de elogio ao atual Executivo Municipal. Era a prática, caro Vereador e bem sabe, porque era um dos grandes protagonistas

dessa mesma prática. Não é numa ótica de difamação, mas é numa ótica de respeito por aquilo que é a liberdade de cada um dos autarcas de, em cada momento, subscrever a candidatura, que melhor entende representar os interesses do concelho e os interesses da sua freguesia. Caro Deputado Pedro Sousa, o executivo de Tebosa tem três elementos. Tem o Presidente Marcelino, o Sr. Coelho e o Dinis. Nenhum deles está minimamente constrangido com a opção que fez. Nenhum deles está minimamente arrependido com a opção que fez e, obviamente, que todos eles optaram por ser subscritores da candidatura da Coligação “Juntos por Braga”, não porque eu tenha alguma vez prometido sequer, durante a campanha eleitoral, que ia apoiar a freguesia na resolução deste problema, que nunca o fiz publicamente, mas por causa do trabalho que foi desenvolvido, eles como os outros, ao longo do mandato anterior. E, portanto, se as verdades são como punhos, os números também são. E o número em Tebosa foi de sessenta e um para vinte e sete, em termos de votação. Eu não quero imaginar, com essa conduta, qual é que será em dois mil e vinte e um”. Interveio de seguida o **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para, em defesa da honra, dizer que “gostaria que o Senhor Presidente da Câmara, indo de encontro àquilo que foi afirmado antes pelo Sr. Deputado João Granja, venha, aqui, dizer em que situações é que eu fui interprete. Porque se não vier aqui fazer, se não disser as situações, eu sempre o respeitei, sabe, mas vou deixar de o respeitar, a partir de agora. Porque vir, aqui, dizer aquilo que condenou anteriormente, está a fazer o papel que, infelizmente, não lhe fica bem. Portanto, fica desafiado a vir aqui, agora, dizer em que situações é que eu fiz aquilo que o Senhor disse, porque se não, terei que ir para um outro local, não o gostaria de fazer, porque o Senhor fez, aqui, um mau serviço. E, se, anteriormente, alguém errou, o seu erro foi muito maior, porque nem sequer

participei nesta conversa. O Senhor não sabe qual é a minha intenção de voto e veio aqui acusar-me injustamente, sem provas. Se não o fizer, agora, realmente, não lhe fica muito bem”. Registou-se, depois, a intervenção do **SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE TEBOSA, MARCELINO MOREIRA DE SÁ**, para dizer que ficou triste, porque tudo tinha um preço. Os Senhores Deputados às vezes esqueciam-se, que houve uma negociação, que já começou durante o mandato anterior, em que se viu que o fluxo das crianças piratas, só tinham direito a um trimestre por ano. A Câmara achou por bem e na sua negociação chegaram a esse acordo. “A mim entristece-me o seguinte, e peço desculpa pelo que vou dizer a seguir, a minha mãe faz noventa e oito anos. Eu tenho cinquenta e dois. Se calhar foi um acidente. Alguns são programados, mas nunca quero pensar que alguns de vocês tenham sido comprados para estarem, ali, hoje”. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com dois votos contra, com vinte abstenções e com os restantes votos a favor**. A **SR^a. PRESIDENTE DA MESA**, solicitou aos líderes, que se aproximassem da Mesa, para discutirem sobre a continuidade dos trabalhos, atendendo a que era uma hora e vinte. Dando continuidade aos trabalhos, passou-se à apresentação do **PONTO NÚMERO OITO – NOMEAÇÃO DE FISCAL ÚNICO DAS EMPRESAS MUNICIPAIS**. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta aprovada em reunião do Executivo Municipal de dezasseis de abril do ano em curso, relativa à nomeação para Fiscal Único das Empresas Municipais: **AGERE**, Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga – EM; **TUB** – Empresa de Transportes Urbanos de Braga – EM; **THEATRO CIRCO** de Braga, EM, SA; **INVESTBRAGA** – Agência para a Dinamização Económica, EM e **BRAGAHABIT** – Empresa Municipal de Habitação, EM, da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas “G. Castro, R.

Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Limitada”. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com sete abstenções da C.D.U. e do B.E. PONTO NÚMERO NOVE – CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A ASSOCIAÇÃO DE FESTAS DE SÃO JOÃO DE BRAGA.** Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, a proposta aprovada em reunião do Executivo de dezasseis de abril em curso, relativa ao Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Braga e a Associação de Festas de São João de Braga, que se dá por reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com duas abstenções do B.E. PONTO NÚMERO DEZ – CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de cinco e de vinte e nove de março e de dezasseis de abril do ano em curso, relativas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas seguintes freguesias: Um - Junta de Freguesia de Tebosa, para a execução da obra denominada “Recuperação da cobertura da EB um de Tebosa”, no montante de mil cinquenta e quatro euros e setenta cêntimos; Dois - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para a execução da obra denominada “Repavimentação da rua Nova das Corujeiras – Vimieiro”, no montante de onze mil novecentos e cinquenta e oito euros e noventa e dois cêntimos; Três - União de Freguesias de Lomar e Arcos, para a execução da obra denominada “Requalificação da praceta de Custóias – Lomar”, no montante de dez mil setecentos e setenta e cinco euros e nove cêntimos. Postas à votação foram as

referidas propostas **aprovadas com duas abstenções do B.E. PONTO NÚMERO ONZE – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A DIVERSAS JUNTAS DE FREGUESIA**. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de cinco e de dezanove de março e de dezasseis de abril do ano em curso, relativas à atribuição de apoios financeiros, nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, às seguintes Juntas de Freguesia: Um - Junta de Freguesia de São Victor, destinado a apoiar a execução das “Obras de remodelação do GAV”, no montante de treze mil oitocentos e dois euros e vinte cêntimos; Dois - Junta de Freguesia de Palmeira, destinado a apoiar a execução da obra “Colocação de relvado sintético no ringue de Palmeira”, no montante de onze mil seiscentos e sessenta euros, com IVA incluído; Três - União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, destinado a apoiar a execução da obra “Repavimentação do piso do ringue de Tenões”, no montante de vinte e cinco mil oitenta e quatro euros e cinquenta cêntimos, com IVA incluído; Quatro - Junta de Freguesia de Palmeira, destinado a apoiar os custos da organização do “Décimo sexto Circuito de Ciclismo de Palmeira – Prémio Peixoto Alves”, no montante de mil e quinhentos euros; Cinco - Junta de Freguesia de Mire de Tibães, destinado a apoiar a execução dos trabalhos correspondentes à criação do “Parque de Merendas de São Gens”, no montante de quinze mil quinhentos e vinte e oito euros e setenta e cinco cêntimos; Seis - Junta de Freguesia de Figueiredo, destinado a apoiar o “Abate de Sobreiro”, no montante de duzentos e cinquenta euros; Sete - Junta de Freguesia de Gualtar, destinado a apoiar a execução de “Muro em degradação – sede da Junta de Freguesia de Gualtar”, no montante de quinze mil e cinquenta euros; Oito -

*Junta de Freguesia de Tebosa, destinado a apoiar a execução da “Poda de árvores de grande porte, no espaço envolvente à capela da Nossa Senhora do Campo”, no montante de mil e quinhentos euros; Nove - Junta de Freguesia de Figueiredo, destinado a apoiar a realização da “Procissão dos Passos”, no montante de quinhentos euros; Dez - Junta de Freguesia de São Victor, destinado a apoiar o “Cortejo Bíblico ‘Vós sereis o meu povo’”, popularmente conhecida como “Procissão da Burrinha”, no montante de setecentos e cinquenta euros; Onze - União de Freguesias de Cabreiros e Passos São Julião, destinado a apoiar a realização da “Procissão do Senhor dos Passos”, no montante de quinhentos euros; Doze - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, destinado a apoiar a realização da “Procissão do Senhor dos Passos”, no montante de quinhentos euros; Treze - União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, destinado a apoiar a realização da “Procissão do Senhor dos Passos”, no montante de quinhentos euros; Catorze - União de Freguesias de Arentim e Cunha, destinado à participação no transporte dos alunos à Escola Básica de Arentim, no montante de mil oitocentos e trinta euros e quarenta e um cêntimos; Quinze - União de Freguesias de Escudeiros, Penso Santo Estevão e São Vicente, destinado a apoiar a execução da obra do “Salão multiusos de Escudeiros”, no montante de quinhentos e vinte e cinco mil seiscentos e quarenta e oito euros e vinte e dois cêntimos, nos termos da proposta que se anexa. Mais se propõe a revogação da deliberação da Assembleia Municipal de sete de outubro de dois mil e dezasseis, tendente à aprovação do contrato interadministrativo. Postas à votação foram as referidas propostas **aprovadas com duas abstenções do B.E.***

PONTO NÚMERO DOZE - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE BRAGA – SUBSTITUIÇÃO DE ELEMENTO. *É presente o pedido formulado pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, solicitando a*

*substituição de um elemento eleito na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Braga, realizada no dia vinte e três de fevereiro passado, por ter atingido a limitação de mandatos. A SR^a. PRESIDENTE DA MESA informou que uma Deputada, anteriormente eleita, não podia ser representante, uma vez que tinha cumprido três mandatos. Foi apresentada uma lista, designada por lista A, que propunha a Sr^a. Deputada do P.S.D., Maria Angelina Pinto Rodrigues. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com sessenta votos a favor, com dois votos nulos e com onze votos brancos.** **PONTO NÚMERO TREZE – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DO PROJETO DO TROÇO DOIS DA VARIANTE DO CÁVADO (RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E TRÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZOITO).** Submete-se, novamente, à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, relativa ao Reconhecimento de Interesse Público Municipal do projeto de execução do Troço dois, da Variante do Cávado, entre o quilómetro três mil trezentos e sessenta e seis e o quilómetro cinco mil cento e cinquenta, que anteriormente foi aprovada como “Reconhecimento de Relevante Interesse Público”, baseada na informação prestada pelo técnico da Divisão de Planeamento Revitalização e Regeneração Urbana, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada por unanimidade.** **PONTO NÚMERO CATORZE – ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS.** Para apreciação da Assembleia Municipal, junto se envia informação sobre os benefícios fiscais concedidos pela Câmara Municipal, nos termos do número três, do artigo quadragésimo primeiro do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta*

*anexa ao livro de atas. **PONTO NÚMERO QUINZE – INFORMAÇÃO PRESTADA PELAS COMISSÕES PERMANENTES.** Neste ponto da Ordem de Trabalhos registou-se a intervenção do **SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, EMPRESAS MUNICIPAIS E TURISMO, JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA,** para informar que naquilo que era uma relação democrática e normal entre os vários membros da Comissão, resolveram iniciar visitas às Empresas Municipais e, por proposta do Sr. Deputado João Granja, entendeu-se que deveriam visitar o Fórum Braga, dada a urgência da abertura desse espaço, pelo menos, para conhecimento dos cidadãos. Nesse sentido, contactou o Administrador Executivo, Dr. Carlos Silva, que, se calhar, por ser, ainda, novato naquela matéria, não percebeu que a visita da Comissão era uma visita de trabalho, no âmbito das competências da Assembleia Municipal e, portanto, não houve disponibilidade da parte da InvestBraga, para que essa visita de trabalho e reunião de trabalho, fosse efetuada antes do dia vinte e oito de abril. No entanto, e porque queriam que houvesse paz no trabalho das Comissões, como, aliás, era apanágio, resolveram fazer uma reunião no dia dois de maio, para analisarem essa questão e, depois, programarem uma visita de trabalho ao Fórum Braga. Aquela Comissão pautaria, conforme era vontade dos seus membros, de fazer um acompanhamento muito próximo, para que o desempenho do universo municipal, se fizesse de acordo com aquilo que eram os seus objetivos. Sem dramas, sem acusações e, muito menos, acusações falsas. Depois, foi a vez da **SRA. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS E SAÚDE, FILOMENA MARIA BEIRÃO MORTÁGUA DE SOUSA FREITAS BORDALO** informar que a Comissão a que presidia reuniu a primeira vez a dezanove de março, com a presidência da Senhor Presidente da Assembleia*

*Municipal, onde foi eleita a Mesa da Comissão. Numa segunda reunião realizada a dezasseis de abril, a Comissão decidiu solicitar reuniões com os Senhores Vereadores Dr^a. Sameiro Araújo e Dr. Firmino Marques, cujos pelouros estavam no âmbito daquela Comissão. Essas reuniões não estavam, ainda, agendadas. Nessa reunião, a Comissão fez, também, um levantamento das áreas, das ações, das iniciativas prioritárias, para fazer o seu plano de trabalho. Interveio o **SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE, BENTO DUARTE DA SILVA**, que informou terem realizado uma primeira reunião de instalação, presidida pela Sr^a. Presidente da Assembleia Municipal, onde foi eleita a Mesa, sendo o orador, o Presidente, o Sr. Deputado Fausto Alves Farinha, como Vice-Presidente e a Sr^a. Deputada Maria Ester da Silva Taveira, como Secretária. Aí estabeleceram a metodologia de trabalho. Fizeram uma reunião no dia dezasseis de abril, onde esteve presente a Sr^a. Vereadora Sameiro Araújo. Uma reunião muito interessante, sobre a Cidade Europeia do Desporto, bastante esclarecedora. Já estava agendada outra reunião, para o dia dois de julho, com a presença da Sr^a Vereadora da Educação e Cultura, para abordarem a abertura do ano letivo dois mil e dezoito, dois mil e dezanove. A palavra foi dada ao **SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE URBANISMO, PLANEAMENTO, AMBIENTE, TRÂNSITO E PROTECÇÃO CIVIL, JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA**, para informar que a Comissão reuniu a dezanove de março, para a eleição da Mesa e para estipular a metodologia do trabalho. Porque havia uma recomendação aprovada naquela Assembleia Municipal, em novembro, a propósito dos incêndios de outubro passado, reuniram no dia dezoito de abril com a presença do Sr. Vereador Dr. Firmino Marques, do pelouro da Protecção Civil, que se fez acompanhar do Chefe de Divisão, Arq^o. Vítor Azevedo. Foi feita*

uma apresentação detalhada daquilo que aconteceu nesses incêndios de outubro passado. Houve questões dos vários grupos partidários. Sobre a mesma recomendação, era importante perceber o que estava a ser feito, para mitigar os danos ambientais, decidindo-se agendar uma outra reunião e solicitando-se a presença do Sr. Vereador Eng.º Altino Bessa, para verem as questões ambientais do pós incêndios. Após essa segunda reunião, iriam elaborar um relatório, que encaminhariam para a Assembleia Municipal, para dar conhecimento a todos.

PONTO NÚMERO DEZASSEIS – INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO.

Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, por escrito e que aqui se dá como reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: *A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze e treze de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro.*

ENCERRAMENTO: *À uma hora e cinquenta minutos, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta sessão de trinta de abril, de que, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.*